

7 892359053003
ISSN 2359-053x

ANO 11 - NÚMERO 134 - DEZEMBRO 2025

Distribuição: 15 de dez a 14 jan/26

apuri

SOCIOAMBIENTAL



COMITÊ CHICO MENDES: GUARDIÃO DA MEMÓRIA E DO LEGADO DE CHICO MENDES

p. 08

BIODIVERSIDADE

Sapo-foguetinho-
do-Cerrado

p. 17

FEMINICÍDIO

O machismo sem coração
no coração do poder

p. 40

RESISTÊNCIA INDÍGENA

Katawixi: Vestígios de um povo
às margens da BR-319

p. 38



FENAE COM ELAS



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code, conheça mais a campanha e nossas iniciativas. Doe e ajude!

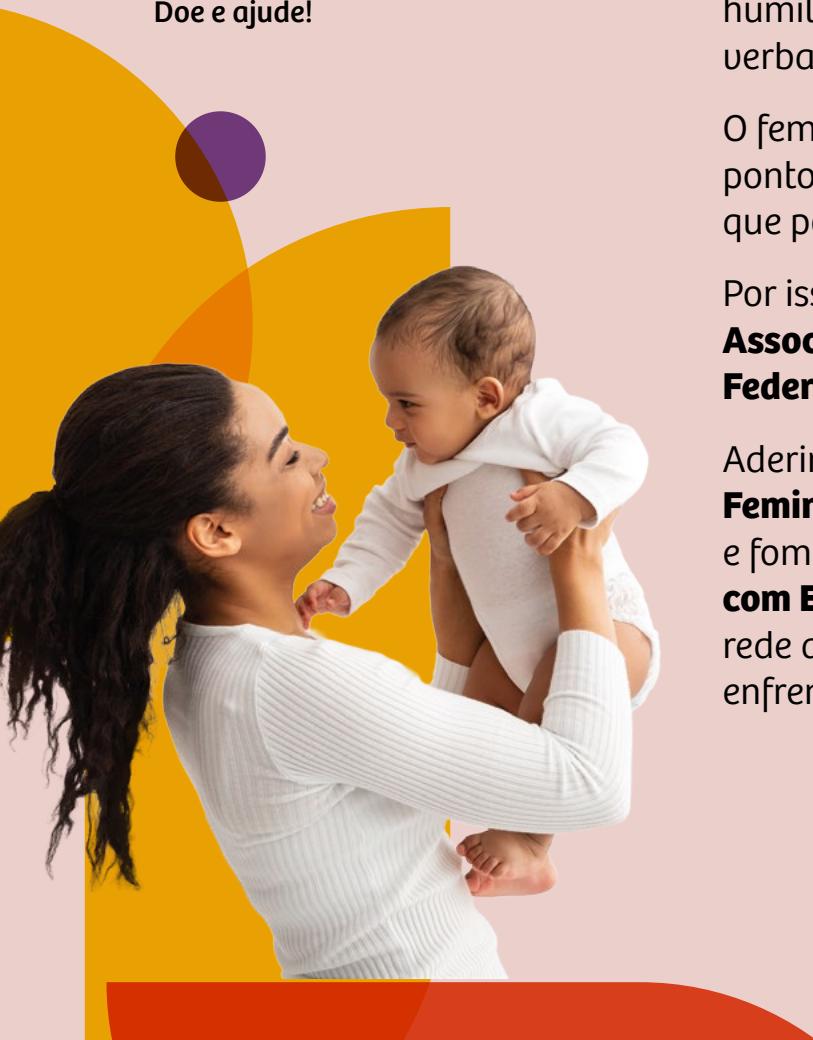
Talvez você ainda não saiba mas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo.

A cada 6 horas uma mulher é assassinada. Na maioria dos casos, os sinais vieram antes: humilhações, controle, isolamento, agressões verbais.

O feminicídio, homicídio contra a mulher, é o ponto final de um longo ciclo de violência que pode – e deve – ser interrompido.

Por isso, a **Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae)** entrou em ação!

Aderimos à mobilização nacional **Feminicídio Zero**, do Ministério das Mulheres, e fomos além: lançamos a campanha **Fenae com Elas** e criamos, em todo o país, uma rede de empoderamento, conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher.





FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



/fenaefederacao



@fenaefederacao



www.fenae.org.br



(61) 98142 8428



[/company/fenae-federacao](https://www.linkedin.com/company/fenae-federacao)

Uma revista pra chamar de nossa

Era novembro de 2014. Primeiro fim de semana. Plena campanha da Dilma. Fim de tarde na RPPN dele, a Linda Serra dos Topázios. Jaime e eu começamos a conversar sobre a falta que fazia termos acesso a um veículo independente e democrático de informação.

Resolvemos fundar o nosso. Um espaço não comercial, de resistência. Mais um trabalho de militância, voluntário, por suposto. Jaime propôs um jornal; eu, uma revista. O nome eu escorlhi (ele queria Bacurau). Dividimos as tarefas. A capa ficou com ele, a linha editorial também.

Correr atrás da grana ficou por minha conta. A paleta de cores, depois de larga prosa, Jaime fechou questão – “nossas cores vão ser o vermelho e o amarelo, porque revista tem que ter cor de luta, cor vibrante” (eu queria verde-floresta). Na paz, acabei enfiando um branco.

Fizemos a primeira edição da Xapuri lá mesmo, na Reserva, em uma noite. Optamos por centrar na pauta socioambiental. Nossa primeira capa foi sobre os povos indígenas isolados do Acre: *Isolados, Bravos, Livres: Um Brasil Indígena por Conhecer*. Depois de tudo pronto, Jaime inventou de fazer uma outra boneca, “porque toda revista tem que ter número zero”.

Dessa vez finquei pé, ficamos com a capa indígena. Voltei pra Brasília com a boneca praticamente pronta e com a missão de dar um jeito de imprimir. Nos dias seguintes, o Jaime veio pra Formosa, pra convencer minha irmã Lúcia a revisar a revista, “de gráts”. Com a primeira revista impressa, a próxima tarefa foi montar o Conselho Editorial.

Jaime fez questão de visitar, explicar o projeto e convidar pessoalmente cada conselheiro e cada conselheira (até a doença agravar, nos seus últimos meses de vida, nunca abriu mão dessa tarefa). Daqui rumamos pra Goiânia, para convidar o arqueólogo Altair Sales Barbosa, nosso primeiro conselheiro. “O mais sabido de nós”, segundo o Jaime.

Trilhamos uma linda jornada. Em 80 meses, Jaime fez questão de decidir, mensalmente, o tema da capa e, quase sempre, escrever ele mesmo. Às vezes, ligava pra falar da ótima ideia que teve, às vezes sumia e, no dia certo, lá vinha o texto pronto, impecável.

Na sexta-feira, 9 de julho, quando preparávamos a Xapuri 81, pela primeira vez em sete anos, ele me pediu para cuidar de tudo. Foi uma conversa triste, ele estava agoniado com os rumos da doença e com a tragédia que o Brasil enfrentava. Não falamos em morte, mas eu sabia que era o fim.

Hoje, cá estamos nós, sem as capas do Jaime, sem as pautas do Jaime, sem o linguajar do Jaime, sem o jaimês da Xapuri, mas na labuta, firmes na resistência. Mês sim, mês sim de novo, como você sonhava, Jaiminho, carcamos porva e, enfim, chegamos à nossa edição número 100. E, depois da Xapuri 100, como era desejo seu, a gente segue esperneando.

Fica tranquilo, camarada, que por aqui tá tudo direitim.



Agamenon Torres
Web Designer



Arthur Wentz Silva
Revisor



Emir Bocchino
Diagramador



Igor Strochit
Diagramador



Janaina Faustino
Gerente Executiva



Lúcia Resende
Revisora



Maria Letícia Marques
Redatora



Paloma Vaz Dias
Estagiária



Vinícius Farias
Redes Sociais

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786/0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 - Setor Village - Caixa Postal 59 - CEP: 73.814-500 - Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: Edição Impressa - 1.000 - 5.000. Envio Eletrônico - 100.000. Circulação: Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.



COMITÊ CHICO MENDES: GUARDIÃO DA MEMÓRIA E DO LEGADO DE CHICO MENDES

Todo mês de dezembro, nossa capa homenageia Chico Mendes. É nossa maneira de seguir sonhando e seguir lutando pelos ideais de Chico Mendes, que perduram e seguem conosco nas lutas e conquistas dos povos da floresta.

Neste ano de 2025, homenageamos o Comitê Chico Mendes, organização nascida na noite mesma do assassinato de Chico e que segue, desde então, como guardião da memória e defensor do legado de Chico Mendes.

Em matéria assinada por Angela, filha de Chico, com redação complementar de Maria Letícia Marques, realçamos a importância do Comitê Chico Mendes para as lutas presentes e futuras das populações da floresta, em especial de mulheres e jovens. Matéria que se completa com longa entrevista de Angela, concedida à Agência Brasil durante a COP 30.

O resto, é luta e resistência.

Boas Festas, Feliz 2026!



Zezé Weiss – Jornalista
Editora da Revista Xapuri

Jaime Sautchuk – Editor (in memoriam)

COLABORADORES/AS - DEZEMBRO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. Angela Mendes – Ambientalista. Antenor Pinheiro – Geógrafo. Arthur Wentz e Silva – Estudante. Carolina Lisboa – Jornalista. Eduardo Pereira – Sociólogo. Eduardo Galeano – Escritor (*in memoriam*). Emir Bocchino – Designer. Emir Sader – Sociólogo. Geraldo Lopes de Souza Júnior – Cronista. Guto Alves – Jornalista. Igor Strochit – Designer. Izabel Santos – Jornalista. Janaina Faustino – Gestora Ambiental. Leonardo Boff – Ecoteólogo. Lúcia Resende – Professora. Maira Gomes – Escritora. Marcos Jorge Dias – Jornalista. Maria Letícia Marques – Ambientalista. Moisés Mendes – Jornalista. Ronaldo Ferreira dos Santos – Farmacêutico. Rose Silva – Jornalista. Sandro Dutra e Silva – Historiador. Zezé Weiss – Jornalista.



CONSELHO EDITORIAL

Adair Rocha- Professor Universitário. **Adrielle Saldanha**- Geógrafa. **Ailton Krenak** - Escritor. **Altair Sales Barbosa** - Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** - Jornalista. **Andrea Matos** - Sindicalista. **Angela Mendes** - Ambientalista. **Antenor Pinheiro** - Jornalista. **Binho Marques** - Professor. **Cleiton Silva** - Sindicalista. **Dulce Maria Pereira** - Professora. **Edel Moraes** - Ambientalista. **Eduardo Meirelles** - Jornalista. **Elson Martins** - Jornalista. **Emir Bocchino** - Arte finalista e Diagramador. **Emir Sader** - Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues** - Advogado. **Graça Fleury** - Socióloga. **Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra)** - Poeta. **Iêda Leal** - Educadora. **Jacy Afonso** - Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira** - Sindicalista. **José Ribamar Bessa Freire** - Escritor. **Júlia Feitoza Dias** - Historiadora. **Kretã Kaingang** - Líder Indígena. **Laurenice Noleto Alves (Nonô)** - Jornalista. **Lucélia Santos** - Atriz. **Lúcia Resende** - Revisora. **Marcos Jorge Dias** - Escritor. **Maria Félix Fontele** - Jornalista. **Maria Maia** - Cineasta. **Rosilene Corrêa Lima** - Jornalista. **Trajano Jardim** - Jornalista. **Zezé Weiss** - Jornalista.



IN MEMORIAM:

Jaime Sautchuk - Jornalista. **Iêda Vilas** - Bôas - Escritora.
Samuel Pinheiro Guimarães Neto - Diplomata.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana - Sindicalista. **Eduardo Pereira** - Produtor Cultural. **Iolanda Rocha** - Professora. **Janaina Faustino** - Gestora Ambiental. **Joseph Weiss** - Eng. Agro. Ph.D.





Xapuri 134

SOCIOAMBIENTAL

DEZ 25

08

CAPA

Comitê Chico Mendes:
Guardião da memória e do
legado de Chico Mendes

21

ECOLOGIA

Memória Verde

17

BIODIVERSIDADE

Sapo-foguetinho-do-Cerrado

22

FEMINICÍDIO

O machismo sem coração
no coração do Poder

20

CONSCIÊNCIA NEGRA

Feminicídio: Mulheres negras
somam 68% das vítimas

25

CONJUNTURA

As rotas da seda no século asiático

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

26 MEIO AMBIENTE

O legado de Chico Mendes na COP 30:
vozes da floresta no debate global

28 CERRADO

Potes e panelas: a ocupação do Cerrado
por horticultores que viviam em aldeias

33 FOTOGEOGRAFIA

Mesma palavra de ordem

38 RESISTÊNCIA INDÍGENA

Katawixi: Vestígios de um povo
às margens da BR-319

42 MITOS E LENDAS

Seis mitos ultrapassados
sobre o Norte do Brasil

44 SAÚDE

A vida e o capital: acesso a medicamentos,
democracia e disputa ética no Brasil

46 SUSTENTABILIDADE

Por que será que parece que o tempo
passa tão depressa?

48 UNIVERSO FEMININO

Benedita e Jandira



Foto: Espaço Chico Mendes

COMITÊ CHICO MENDES: GUARDIÃO DA MEMÓRIA E DO LEGADO DE CHICO MENDES

Angela Mendes, M. Letícia Marques

“Após um período de acirradas disputas políticas e retrocessos, é tempo de retomar os direitos que nos foram negados numa tentativa de apagamento histórico das nossas culturas e ancestralidades. É tempo de nos conectar com nossas raízes para que a Amazônia fale por ela mesma. É tempo de um grande pacto intergeracional para unir todas as vozes num só pensamento”

Manifesto lançado pelo Comitê Chico Mendes nos 35 anos da morte de Chico Mendes

O Comitê Chico Mendes fez bonito na COP 30. Por nosso Espaço Chico Mendes e Fundação BB, instalado no Campus de Pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, durante todo o período da Cúpula do Clima, milhares de pessoas do Brasil e do mundo se juntaram a nós, em uma bela jornada para honrar a memória e celebrar o legado de Chico Mendes.

Passada a adrenalina da COP 30, fico, então, pensando na incrível força deste movimento que, assim como as raízes da floresta, se entremeia em uma sustentável rede de compromissos para perpetuar a missão de Chico Mendes, que foi, como ele mesmo disse um dia, lutar para “salvar as seringueiras, a floresta Amazônica e a própria humanidade”.

O Comitê Chico Mendes foi criado na mesma noite do assassinato de meu pai, em 22 de dezembro de 1988, quando, ao receber a notícia do assassinato que tirou a vida de Chico Mendes, em Xapuri, seus companheiros e companheiras que estavam em Rio Branco, foram se juntando na sede da Diocese de Rio Branco.

Ali mesmo, ainda em estado de choque, um grupo de militantes das mais variadas organizações que estavam surgindo na época, como consequência do fim do regime mi-

litar, da reorganização política e do movimento ambientalista, firmou o compromisso de fundar o Comitê, com o apoio do Dom Moacyr Grechi.

Hoje, passados 37 anos, continuo me emocionando ao ver que aquela decisão tomada por familiares, companheiros e companheiras de militância, representantes de entidades da sociedade civil organizada, em momento de profunda dor, perdura e segue connosco, dando, como nos ensinou o grande poeta Thiago de Mello, “esperança ao porvir”.

Se o tivessem permitido viver, neste 22 de dezembro meu pai estaria completando 81 anos. Não o deixaram permanecer entre nós para ver seus netos e netas crescerem, suas ideias germinarem, seu legado se multiplicar pelo Brasil e planeta afora, graças ao trabalho generoso de tanta gente, e também nosso, aqui no Comitê Chico Mendes, que tenho a honra de presidir.

Em sua homenagem, retomamos as memórias e reafirmamos a razão de estamos trilhando esse caminho, marcado tanto por tragédias como por vitórias, porém firmes no entendimento da importância de organizações como o Comitê Chico Mendes para as comunidades tradicionais e indígenas da Ama-

zônia e de todos os biomas brasileiros, e mostramos como a união fortalece a nossa luta coletiva.

OBJETIVOS DO COMITÊ CHICO MENDES

A princípio, o Comitê Chico Mendes tinha um objetivo muito direto: buscar justiça, para que o assassino e os mandantes do crime fossem presos, julgados e condenados.

A realização anual da Semana Chico Mendes, a cada mês de dezembro, do dia 15 ao 22, datas respectivas do nascimento e do assassinato do Chico, e, mais recentemente, nos últimos seis anos, do Festival Jovens do Futuro, mantém uma definição muito clara do campo de atuação do Comitê Chico Mendes:

- ✓ Apoio aos trabalhadores e às trabalhadoras da floresta na luta contra qualquer tipo de injustiça e impunidade;
- ✓ Proteção da Floresta Amazônica e dos povos que nela vivem;
- ✓ Combate ao desmatamento, à grilagem de terras e a todas as atividades ilegais que ameaçam os direitos e a vida da dos povos da floresta;
- ✓ Denúncia de violações dos direitos dos povos da floresta;



- ✓ Promoção do desenvolvimento sustentável na região;
- ✓ Educação ambiental;
- ✓ Criação de projetos que auxiliem a população ribeirinha;
- ✓ Defesa irrestrita e contínua da memória, do legado, dos sonhos e dos ideais de Chico Mendes;
- ✓ Engajamento para a inclusão ambiental, social e econômica das pessoas, famílias e comunidades da floresta nos processos e projetos da sociobioeconomia e de justiça climática;
- ✓ Inclusão de cada vez mais mulheres e jovens nessa nossa jornada.

Atualmente, as ações do Comitê se voltam especialmente à formação de jovens e mulheres que vivem na Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes, no Acre, na Amazônia e no Brasil.

SEMANA CHICO MENDES

Ocorre todos os anos, de 15 a 22 de dezembro, principalmente em Xapuri e Rio Branco. Durante a Semana Chico Mendes, o Comitê Chico Mendes outorga o Prêmio Chico Mendes a pessoas e entidades que se destacam na luta em defesa dos ideais de Chico Mendes. Informações sobre a Semana Chico Mendes 2025 encontram-se disponíveis no Instagram do Comitê (@chicomendescomite) e no site: www.chicomendes.org.

FESTIVAL JOVENS DO FUTURO

Todo dia 6 de setembro, no Acre, o Comitê Chico Mendes realiza o Festival Jovens do Futuro, em memória de Chico Mendes e em defesa de um futuro sustentável para a Amazônia. O dia foi escolhido porque, em 6 de dezembro de 1988, Chico Mendes escreveu sua carta-testamento para a juventude do futuro.

Três meses antes de ser assassinado, o revolucionário Chico Mendes escreveu uma carta convocan-

do a juventude do futuro para seguir na luta por um mundo mais justo e mais feliz.

A carta, encontrada pouco depois de sua morte pelo amigo e companheiro de Chico, Gomercindo Rodrigues, junto ao aparelho telefônico, na mesa de trabalho de Chico, no Sindicato dos Trabalhadores [e das Trabalhadoras] Rurais de Xapuri, é endereçada aos [e às] jovens de 2120 que, nos sonhos de Chico Mendes, estariam celebrando 100 anos de revolução e resistência na Amazônia.

Com inspiração no testamento que Chico deixou para as juventudes, o Comitê Chico Mendes iniciou, no ano de 2020, a realização do Festival Jovens do Futuro, que visa fomentar e difundir os ideais do grande líder que foi Chico Mendes.

Ao longo dos últimos anos, o Festival Jovens do Futuro vem sendo realizado no formato híbrido, com atividades presenciais no Acre, compartilhadas, via redes sociais, para outras audiências, em especial para pessoas jovens do Brasil e do Mundo.

"Atenção jovem do futuro – "6 de setembro do ano de 2120, aniversário ou primeiro centenário da revolução socialista mundial, que unificou todos os povos do planeta num só ideal e num só pensamento de unidade socialista, e que pôs fim a todos os inimigos da nova sociedade. Aqui fica somente a lembrança de um triste passado de dor, sofrimento e morte. Desculpem. Eu estava sonhando quando escrevi estes acontecimentos que eu mesmo não verei. Mas tenho o prazer de ter sonhado." Chico Mendes

→ *Atenção jovem do futuro*
6 de Setembro do ano
de 2120, aniversário ou
primeiro centenário da revolução
socialista mundial, que
unificou todos os povos do
planeta. Num só ideal e
num só pensamento de
unidade socialista, e que
pôs fim a todos os inimigos
da nova sociedade.
Aqui ficam somente
a lembrança de um triste
passado de dor - Sofrimento e
morte.
Desculpem
eu estava sonhando
quando - escrevi - estes
acontecimentos, que eu
não verei mais tenho
o prazer de ter sonhado

L

JUVENTUDES: NOVAS GUARDIÃS DA LUTA

*"Nós somos o Comitê Chico Mendes.
E juntos seguimos resistindo. E não é fácil.
Atacar os sonhadores virou rotina.
Mas seguimos, porque Chico sonhou este momento
e se encantou.
Ele se encantou com o futuro que estamos construindo.
Um futuro que nasce
quando não abaixamos a cabeça para a devastação.
Quando gritamos para decisões políticas
que ignoram a vida.
Que fingem progresso enquanto matam a floresta.
Não vamos ficar em silêncio.
Cantamos, dançamos, desenhamos e plantamos.
Criamos algo muito maior do que a narrativa que
tentam nos impor.
E encantamos o presente para proteger o futuro.
Este é o nosso presente para os sonhadores.
Porque onde há encantamento, há resistência."*

Texto do Manifesto do Festival Jovens do Futuro 2025

REDE DE MULHERES DA FLORESTA: EMPODERAR AS MULHERES EXTRATIVISTAS É PROTEGER A NATUREZA

*"Escolher começar pelo começo.
Pelo feminino. Pelo sensorial.
De um jeito que não passasse pela cabeça,
mas atingisse direto o coração.
E para que, mesmo sem palavras,*

*todas pudessem perceber o porquê
de cada uma de nós estar tocando aquele solo."*

Equipe Comitê Chico Mendes

Na Amazônia, as mulheres sempre estiveram na linha de frente da resistência – mesmo que, muitas vezes, invisibilizada pela história oficial. Da coragem nos empates de derrubada à liderança nas organizações comunitárias, elas têm sido guardiãs da floresta e protagonistas silenciosas da luta.

Hoje, o projeto Rede de Mulheres da Floresta reafirma esse protagonismo, fortalecendo lideranças femininas no coração da Reserva Extrativista Chico Mendes. Criada pelo Comitê Chico Mendes, em parceria com a Fundação Ford, a iniciativa tem como missão empoderar mulheres extrativistas, jovens e adultas, entre 18 e 35 anos, oferecendo formação política, técnica e emocional para que possam ocupar – com firmeza – os espaços de decisão e incidência, da gestão local até arenas globais, como a COP 30.

A luta continua, como dizia Chico, "com organização e disciplina", pois essa é a chave para a vitória dos movimentos. O legado de Chico Mendes continua vivo no trabalho do Comitê Chico Mendes e de outras organizações que lutam pela preservação da Amazônia e pelos direitos dos povos da floresta.

Angela Mendes, presidente do Comitê Chico Mendes. Colaborou Maria Letícia Marques, com informações do livro *Vozes da Floresta*, 3ª edição, editora Xapuri, 2024, e da revista *Herdeiros da luta Guardiões do futuro*, lançada pelo Comitê Chico Mendes em parceria com a Fundação Banco do Brasil, em 2025, preparada para COP 30 e para a Semana Chico Mendes 2025.



Foto: Hannah Lydia

PROTAGONISMO ANTES, DURANTE E DEPOIS DA COP 30

Sim, fizemos bonito na COP 30! Compartilho aqui a entrevista que concedi à Agência Brasil (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-11/filha-de-chico-mendes-defende-protagonismo-de-povos-da-floresta-na-cop>), contando um pouco da nossa experiência em Belém.

Agência Brasil: Como nasceu o comitê e qual é o seu foco atualmente?

Angela Mendes: O comitê Chico Mendes foi criado na noite do assassinato do meu pai, por seus companheiros e companheiras que, sob muita dor, entenderam que era necessário, diante do sentimento de impunidade que reinava naquele período, criar uma forma de mobilizar a sociedade nacional e internacional para exigir do governo brasileiro justiça contra os assassinos do meu pai. Por outro lado, era necessário que esse mesmo espaço reverberasse, cuidasse dessa memória de luta que ele nos deixou. Nesse sentimento foi criado o Comitê Chico Mendes.

Agência Brasil: De que forma ele reverbera essa luta?

Angela Mendes: A gente imaginou a Semana Chico Mendes que acontece exatamente no dia do seu aniversário até a data do seu assassinato. Ele [Chico Mendes] fazia aniversário dia 15 de dezembro e foi assassinado no dia 22, sete dias depois. Então o Comitê seguiu realizando as semanas Chico Mendes de forma voluntária, de forma muito orgânica. Em 2016, a gente imaginou que, como ele tinha deixado uma carta para os jovens no futuro, a gente pensou em ter essa carta como uma referência, uma inspiração para a gente começar a falar sobre a importância da juventude, sobretudo da juventude dos territórios. Para isso, a gente criou o núcleo jovem do comitê, que passou a fazer outras atividades, para além das Semanas Chico Mendes, fazer um trabalho dentro das escolas. E a gente começou também a instituir o pro-



grama Jovens Protagonistas das reservas extrativistas do Acre, na Resex Chico Mendes, tudo isso procurando mobilizar a juventude para olhar para essa carta. E, desde então, a gente segue, inspirados pela carta e por tudo que o meu pai fez. Em 2020 a gente realizou o primeiro Festival Jovens do Futuro, que ocorre no dia 6 de setembro, a data da escrita dessa carta. E, a partir desse primeiro Festival Jovens do Futuro, a gente entendeu que essa carta é visionária.

Agência Brasil: Por quê?

Angela Mendes: Porque jovens de mais de 20 países, de forma online, porque naquele período a gente estava com a pandemia [de covid-19] muito forte, participaram [do festival]. Foi

um dia todo de lives. E a gente entendeu como, de fato, os jovens do mundo estavam mobilizados nessa luta por um mundo melhor, por justiça social, que ele antevia nessa carta. Ela foi um chamamento, e a gente percebeu que existia ali um movimento de juventude ao redor do mundo que foi tocada por essa carta, sem ao menos conhecê-la.

Agência Brasil: E, de lá para cá, quais ações foram feitas?

Angela Mendes: De lá para cá, a gente se institucionalizou. Há quatro anos temos um CNPJ e entendemos a necessidade de termos mais estrutura para chegar no território com mais impacto e trabalhando forte para poten-

Foto: Espaço Chico Mendes

cializar as vozes das juventudes das reservas extrativistas. E agora também voltando muito o olhar para a questão da mulher. Hoje são esses dois públicos. Nossa força criativa está indo para pensar como fortalecer, ainda mais, esses dois públicos que têm um papel tão fundamental na manutenção desses territórios.

Agência Brasil: Nós vimos agora, na primeira semana da COP30, diversos movimentos sociais, os povos da floresta, quebradeiras de coco, quilombolas e indígenas reivindicando maior participação nos espaços de decisão. A mensagem de que só é possível o enfrentamento da crise climática com as populações e os povos foi ouvida?

Angela Mendes: Eu entendo que as COPs avançaram muito pouco no que diz respeito aos direitos dessas populações que estão nesses territórios, que também são estratégicos. Quando uma COP, que fala de justiça climática acontece aqui na Amazônia, a gente olha e vê como existe um desafio muito grande para as populações de floresta, para que essas pessoas, de fato, acessem políticas públicas que lhes garantam viver com dignidade. Então, essas populações têm todo o direito de fazerem suas reivin-

dicações. Agora, eu não acredito que elas estão sendo ouvidas nesse contexto de COP. Mas ainda é cedo [para afirmar]. Acho que essa semana muita coisa está sendo definida. A gente ainda vai ter notícias sobre o que de fato saiu como resultado concreto. Eu entendo que todos estamos torcendo muito para que saia um acordo que possibilite o acesso a financiamento climático que possa fortalecer esses povos nos seus territórios.

Agência Brasil: Com a COP30 entrando na reta final, já dá para fazer um pequeno balanço? Dá para falar nela como a "COP da implementação", a "COP da verdade"?

Angela Mendes: Eu não sei te dizer, porque não estou lá nos espaços de negociação. Eu acho que ainda não existem grandes definições sobre o resultado dessa COP. O que posso dizer é que foi uma COP diferente, onde os movimentos, as organizações de base se mobilizaram, se articularam e fizeram muita coisa, deram seus gritos. A gente teve o Porongaço, que foi um movimento de populações extrativistas com mais de mil participantes. A gente teve a Marcha Mundial pelo Clima, que também reuniu mais de 70 mil pessoas, segundo as notícias. A gente teve a marcha dos povos in-

dígenas e todos esses espaços paralelos de debate. Muita coisa rolou em torno da COP que fez com que as autoridades que estão lá debatendo as soluções tenham percebido que na Amazônia existe muita resistência. E existe também muita produção de soluções para essa crise climática que a gente está vivendo. Acho que o que fica de entendimento é que as soluções para essa crise climática precisam incluir quem está no território.

Agência Brasil: Voltando a esse debate de que as soluções têm que partir da escuta dos territórios, você acha que com a entrega da carta da Cúpula dos Povos, os próximos eventos como esse vão ter um espaço maior para esses movimentos?

Angela Mendes: Acho que essa COP teve algo de inovador, que foram os processos que o governo brasileiro implementou, os espaços de diálogo, o balanço ético global, o papel também dos enviados, que são pessoas que fazem essa ponte da sociedade civil com a cúpula, com os negociadores. Eu acho que são importantes iniciativas que aproximam os povos dos territórios dessa alta cúpula dos líderes. Acho que a produção dos documentos também traz uma certa força. Porém, há uma disputa que aconte-



Foto: Alexandre Cruz-Noronha

ce ali. Por exemplo, de uma manifestação de um grupo de indígenas que foram ocupar a Blue Zone e foram tratados de forma violenta, como invasores. Mas, e os lobistas que estão presentes em todas as COPs, que estão em grande número, que têm dinheiro para pagar suas passagens, estadia nos melhores hotéis, para fazer com que essa indústria dos combustíveis fósseis não perca espaço? Tanto é que a gente vai ter esse licenciamento para a exploração de petróleo na Foz do Amazonas. Então, ainda é um desafio muito grande a gente lutar contra o lobby dessas indústrias dos combustíveis fósseis. Os movimentos e povos se organizaram, fizeram todo esforço, fizeram suas pré-COPs, formaram suas lideranças no território sobre o que é e a importância dessa COP. Vão produzir documentos, vão produzir demandas. Se alguém vai ouvir, não sei, não me pergunte.

Agência Brasil: Você tem falado sobre a necessidade de alianças para enfrentamento dessa crise ambiental. O que precisa ser feito, na sua avaliação?

Angela Mendes: Eu vejo de forma muito clara. O meu pai deixa esse exemplo, junto com as lideranças indígenas que formaram a aliança original na década de 80, para avançar nas conquistas de políticas públicas, sobretudo de território. Eu acho que cada parte, cada segmento da sociedade pode contribuir para as soluções. A aliança com as academias, ela é superimportante. A academia produz conhecimento, pesquisa, e a gente sabe: os cientistas dizem que ainda há muito a ser pesquisado na Amazônia que pode vir a trazer uma inovação tecnológica para esse lugar, a partir dos conhecimentos também de quem está nesse lugar. É a socio-bioeconomia. Os bancos podem também deixar de financiar apenas o agronegócio, o setor da mineração e entender que é importante também que abram linhas de financiamento para os pequenos empreendedores. A gente sabe a relação deles com agro-negócio, com quem tem capital para oferecer garantias ao banco. Isso [a



Foto: Espaço Chico Mendes

relação] não vai mudar, mas que o banco repense a sua relação também com os pequenos. As grandes indústrias, a indústria farmacêutica, a indústria cosmética têm uma capacidade grande de fortalecer os territórios também. Em vez de ficar explorando as comunidades, retirando as matérias-primas dos seus produtos, pagando um preço insignificante, indo beneficiar em outros lugares e vender por um preço absurdo, poderia muito bem repensar isso e incluir as comunidades nesse processo. Formar juventude para fazer essa manipulação, construir estruturas locais para fortalecer. Porque, veja bem, se um dia que essa floresta acabar, de onde eles vão retirar o

muru-muru? Onde eles vão retirar o ipê branco, o pau-rosa para produzir os seus produtos?

Agência Brasil: Cada segmento tem potencial de contribuir...

Angela Mendes: Acho que cada segmento, como eu falei, tem poder de impulsionar essa transformação que a gente quer. A Amazônia, às vezes, só é reconhecida a partir do que ela fornece para os mercados de commodities internacional. É a carne, a soja, a madeira, a mineração que só degrada a Amazônia, viola os territórios. Mas ela tem tantos potenciais. A gente trouxe o Armazém da Sociobiodiversidade que mostra outras formas de se re-

lacionar com essa floresta, com esses maretórios, com esse território de forma sustentável, garantindo esses ecossistemas não só para a presente, mas para a futura geração.

Agência Brasil: Da mesma forma para os demais biomas, né?

Angela Mendes: Exatamente. Da mesma forma, porque a gente também tem que entender que estamos todos integrados. Tanto que aqui a gente tem produtos de todos os biomas: do Cerrado, do Pampa, da Caatinga. Porque eu acho que cada bioma está conectado. Cada um deles tem sua cultura que é resistência ao modo de vida capitalista, que a gente tem hoje.

Agência Brasil: Você acha que o seu pai teria visto com bons olhos uma COP aqui na Amazônia?

Angela Mendes: Muita gente já me perguntou isso. Eu acho que ele teria olhado como uma grande oportunidade de construir a possibilidade de melhorar a vida dos companheiros e companheiras dele. A luta dele não era só pela conservação da floresta, mas ela era também pela manutenção dos mo-

dos de vida tradicionais das populações. Ele era um lutador incansável pela justiça socioambiental.

Agência Brasil: Após um período de negacionismo na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, a gente teve uma mudança no governo, acenando para retomada da política ambiental. Como você avalia esses três anos de governo Lula?

Angela Mendes: Obviamente parece que a gente saiu de uma situação muito complicada, para falar o mínimo, para uma situação que aponta para outra direção. Mas, ao mesmo tempo, a gente sofre com o avanço do agro-negócio em determinadas fronteiras agrícolas. A gente sofre com uma especulação sobre as terras, grilagem, pressão sobre os povos nos territórios.

Agência Brasil: O que está faltando para o Brasil encampar de vez essa agenda ambiental?

Angela Mendes: Eu acho que existe hoje uma sensação de impunidade. O governo Bolsonaro deixou no ar essa sensação de que tudo se podia fazer, porque ainda existe um sistema que está entranhado dentro dos espaços. Esse sistema defende os interesses do

capitalismo. É esse interesse que combate diariamente o direito de quem está nos lugares, nos territórios, lutando para sobreviver. Porque o capitalismo é violento, cruel, ganancioso, quer tomar posse dos territórios para explorar, seja minério, seja petróleo, para satisfazer a sua sanha gananciosa. Esse sentimento de impunidade está presente hoje com muita força, tanto é que os assassinatos de defensores continuam acontecendo. A gente está falando, por exemplo, do assassinato, há duas semanas, de duas mulheres quebradeiras de coco babaçu aqui no estado do Pará. A gente sabe que os fazendeiros que têm os babaçuais nas suas terras estão fechando tudo, impedindo-as de continuar tirando o coco, colhendo o coco para se sustentar. Então, ainda é um sistema muito forte, muito poderoso, que está nos principais espaços de poder e que ainda dá suas cartas. O presidente Lula resolveu uma série de questões. Mas a gente vem de quatro anos que foram realmente um desastre, uma crueldade que retrocedeu 40 anos, 50 anos de luta para conquistar o que estamos perdendo. Apesar de estarmos com o governo progressista, a gen-



Foto: Espaço Chico Mendes

te ainda tem esse Congresso que é fascista, a gente tem a maior parte dos governadores que são de extrema direita. Tem um tensionamento ao redor do presidente também. Inclusive fico imaginando que, nesses momentos, o povo na rua faria diferença. A gente se acostumou agora a militar nas redes e a gente só vai para a rua quando vai ser votado a PEC da Impunidade. A gente sabe dos graves problemas, essa questão da exploração de gás na Foz do Amazonas é extremamente grave. O governo precisava rever seu posicionamento também. A gente tem falado sobre transição justa, a gente tem falado sobre como o clima tem estado em crise por conta dos combustíveis fósseis. Então, não justifica que a gente esteja aqui na Amazônia, recebendo a COP para pensar soluções e, de repente, a solução que o Brasil encontra é aquela que já mostrou que traz mais problema do que qualquer outra coisa. Para fazer esse processo de transição justa acontecer, a gente não pode sucumbir ao capitalismo, a gente não pode sucumbir a essa força que o agro diz que tem. A gente também precisa, enquanto população, parar de reclamar nas redes e ir para a rua.

Agência Brasil: Como é ser uma mulher ambientalista em um país que tem essa infeliz marca de matar defensores dos territórios?

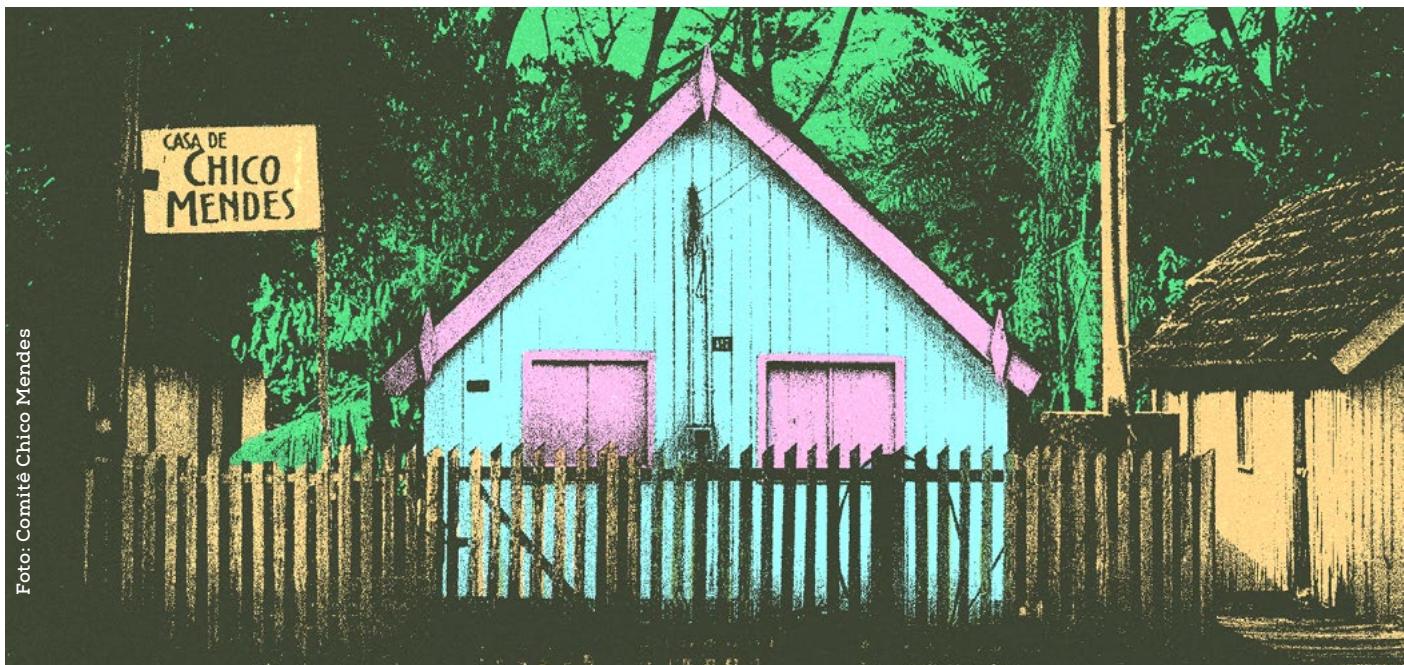
Angela Mendes: Não é fácil estar na Amazônia, que é o bioma também onde ocorrem mais violências contra esses defensores. Então, realmente, é a gente vencer desafios todos os dias, tentar se fazer de forte mesmo quando a gente está sofrendo, cansada, entender que cada um tem um compromisso a assumir. Acho que a gente nunca foge da luta porque entende que o que a gente está construindo é pelo presente, pelo futuro, por todos os que estão aqui e pelos que virão. Eu sempre penso nisso quando eu estou para desistir, para sucumbir. E não é para deixar esses caras acharrem que eles estão ganhando porque têm mais dinheiro, porque têm poder. Você falou nas alianças: é nisso que eu acredito, que a gente ainda está vivo hoje, ainda está resistindo, porque a gente está junto, se organiza em movimento e vai tocando.

Agência Brasil: Como você vê hoje o papel das reservas extrativistas (Resex)?

Angela Mendes: As reservas extrativistas são territórios estratégicos. Assim como as terras indígenas têm essa importância para a gente tentar manter o clima abaixo desse 1,5º C, que a gente não vem conseguindo. A Resex vem nesse sentido de ser também esse território que é uma grande fronteira contra os desmatamentos e as queimadas, como também para

garantir os modos de vida de populações que estão nesse território há décadas, séculos, que aprenderam muito do que sabem com os indígenas que aqui já estavam. São a garantia de que esses modos de vida sejam resguardados, junto com a conservação da floresta. Quando meu pai foi assassinado, ele não chegou a ver a criação de nenhuma Resex, que só surgiram a partir de 1990. No apagar das luzes do governo [José] Sarney, foram criadas as primeiras reservas extrativistas de floresta, hoje elas já são quase 100, são 96, sob a gestão do governo federal. Isso porque a gente não está contando as reservas extrativistas sob gestão dos governos estaduais e municipais e outras formas de território de uso coletivo, como as unidades de conservação, reservas de desenvolvimento sustentável, projetos de assentamento extrativista, como as próprias florestas nacionais, que são unidades de conservação com pessoas dentro. Num total entre terra, floresta e água, são protegidos hoje mais de 60 milhões de hectares de biomas, com esses componentes, onde vivem mais de 1 milhão de famílias. É um número bastante expressivo, mostra como a luta dele não foi em vão. A sua morte, a gente entende também que não foi em vão, apesar de entender que, se ele estivesse vivo, hoje a gente teria avançado ainda mais.

Foto: Comitê Chico Mendes





SAPO-FOQUETINHO-DO-CERRADO

Carolina Lisboa

O sapo-foguetinho-do-Cerrado (*Allobates goianus*) é um pequeno anfíbio, de apenas 18 milímetros, encontrado em poucas áreas de Cerrado no estado de Goiás.

Rápido e arisco. Assim é definido o sapo-foguetinho, espécie de anfíbio que foi registrada em Goiás em 1970 e, desde então, a espécie não foi localizada em nenhuma

outra parte do mundo. Pesquisadores goianos realizam estudo para garantir a preservação do animal e torná-lo símbolo da luta pela conservação do Cerrado.

Seu apelido curioso vem do nome em inglês, *Cerrado Rocket Frog*, e do fato de ser uma espécie bastante difícil de capturar, por dar saltos rápidos como foguetes.

Fonte: <https://oeco.org.br/reportagens/projeto-busca-transformar-o-sapo-foguetinho-em-símbolo-para-a-conservacão-do-cerrado/>



Carolina Lisboa - Jornalista, bióloga e doutora em Ecologia pela UFRN. Repórter com interesse na cobertura e divulgação científica sobre meio ambiente.



Fotos: Foto: Instituto Boitatá

“BASTA DE FEMINICÍDIO: QUEREMOS AS MULHERES VIVAS”

Guto Alves e Rose Silva



Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

Ato nacional reuniu milhares de pessoas em 20 estados diante do aumento dos feminicídios, da subnotificação e da concentração de vítimas negras, enquanto políticas federais de proteção são ampliadas

Milhares de manifestantes foram às ruas no dia 7/12 para protestar contra o aumento da violência contra as mulheres e os feminicídios. Com o lema “Basta de feminicídio. Queremos as mulheres vivas”, os atos reuniram mulheres, homens e crianças em ao menos 20 estados e no Distrito Federal,

segundo o movimento Levante Mulheres Vivas.

Em São Paulo, o protesto reuniu cerca de 9,2 mil pessoas, de acordo com levantamento do Monitor do Debate Político do Cebrap, em parceria com a USP.

No mesmo dia ocorreram as mortes da farmacêutica Daniele Guedes

Antunes, de 38 anos, em Santo André, e de Milena da Silva Lima, de 27 anos, em Diadema, ambas atacadas por ex-companheiros.

No Rio de Janeiro, centenas de pessoas se reuniram no Posto 5, em Copacabana. Uma das participantes foi a agente de educação infantil Evelyn Lucy Alves da Luz,

de 44 anos, sobrevivente de uma tentativa de feminicídio em 6 de fevereiro de 2017. Os tiros disparados pelo ex-marido deixaram marcas nela e na filha, que tinha 6 anos à época e presenciou a agressão.

O ato no Distrito Federal, onde já ocorreram 26 mortes neste ano, contou com a presença de representantes do governo, entre eles seis ministras, deputadas federais, a primeira-dama Janja Lula da Silva e diversas lideranças populares. O caso mais recente de feminicídio foi registrado em 5/12, quando a cabo do Exército Maria de Lourdes Freire Matos foi assassinada por um soldado dentro de um quartel.

Em Florianópolis, manifestantes realizaram uma caminhada em homenagem à professora Catarina Kasten, de 31 anos, estuprada e assassinada em uma trilha em 21 de novembro.

UM GRITO DE BASTA

O movimento Levante Mulheres Vivas ganhou força após uma sequência de casos recentes. Entre eles, o de Tainara Souza Santos, de 31 anos, atropelada e arrastada por cerca de um quilômetro por um "ex-ficante", em São Paulo, em 29 de novembro.

Na mesma data foram registrados os assassinatos de Isabela Gomes de Macedo, de 40 anos, e de seus quatro filhos, de 7, 4, 3 e 1 ano, vítimas de um incêndio provocado pelo marido em Recife.

No Rio de Janeiro, as funcionárias do Cefet Allane de Souza Pedrotti Matos e Layse Costa Pimentel foram mortas por um colega de trabalho que se recusava a aceitar a liderança de mulheres, em 28 de novembro.

Somente em 2024, o Brasil registrou 1.455 feminicídios, um aumento de 12% em relação ao ano anterior e o maior número desde a criação da lei que tipifica esse crime. Isso significa que quatro mulheres foram mortas por dia em razão de violência de gênero.

Os dados oficiais também registraram milhares de casos de agressões físicas, psicológicas, tentativas de feminicídio, ameaças e abusos, muitos deles subnotificados. Em 2025, já foram contabilizados 1.180 casos.

A RESPOSTA DO GOVERNO E A AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO

A ampliação dos atos em todo o país coincide com o fortalecimento das políticas públicas federais voltadas ao enfrentamento da violência de gênero. Nos últimos dois anos, o governo federal retomou e expandiu iniciativas que estavam paralisadas e criou novos instrumentos para estruturar a rede de proteção.

Segundo o Ministério das Mulheres, houve crescimento acumulado de mais de 22% nas denúncias ao Ligue 180 entre 2023 e 2024, o que reflete maior procura por atendimento e aumento da confiança nos serviços.

O ministério também aponta que, no período, cresceu em 11% a concessão de medidas protetivas de urgência, embora a cobertura de monitoramento dos agressores siga baixa em todo o país.

A Casa da Mulher Brasileira, principal política de acolhimento imediato, passou por reestruturação nacional. Unidades que estavam fechadas foram reativadas e obras de implantação foram iniciadas em diversas regiões.

Entre 2023 e 2024, o governo anunciou a construção de 14 novas unidades, com expansão prevista para outras capitais e cidades de médio porte. A Casa integra serviços de acolhimento, delegacia especializada, apoio jurídico, atendimento psicossocial e abrigo temporário.

O Ministério da Justiça lançou, em 2024, o programa Mulher Segura, que reúne ações de fortalecimento das delegacias especializadas, criação de núcleos de investigação

de feminicídios e ampliação das patrulhas Maria da Penha.

O programa recebeu investimento inicial de R\$370 milhões e prevê integração de dados entre segurança pública, saúde e justiça, para aprimorar a identificação de riscos e o acompanhamento das vítimas.

O governo também vem ampliando a rede de atendimento por meio de centros de referência, campanhas de conscientização e pactuações com estados e municípios para fortalecer protocolos de investigação e atendimento.

As iniciativas incluem suporte para delegacias em funcionamento 24 horas e parcerias para aumentar o número de equipes treinadas para atendimento a mulheres, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde os índices de feminicídio são mais altos.

Esse conjunto de ações, apesar de ainda enfrentar limitações estruturais, marca a retomada de políticas nacionais de enfrentamento à violência de gênero e reforça a presença do Estado em territórios com maior vulnerabilidade.



Guto Alves –
Jornalista



Rose Silva –
Jornalista

Excerto de matéria publicada na Revista Focus Brasil, edição 219, dezembro 2025. Leia a matéria completa em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2025/12/09/feminicidio-manifestacoes-em-20-estados-denunciam-ciclo-continuo-de-violencia/>



BANCÁRIOS DF
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA



Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

FEMINICÍDIO: MULHERES NEGRAS SOMAM 68% DAS VÍTIMAS

Guto Alves e Rose Silva

Segundo a pesquisa "Quem são as Mulheres que o Brasil não protege", da Fundação Friedrich Ebert no Brasil, o registro de mortes de mulheres em razão do gênero cresceu 176% em dez anos após a promulgação da Lei do Femicídio.

Passou de 527 casos, em 2015, para 1.455. O estudo aponta que 68% das mulheres assassinadas nesse período eram negras. Enquanto os casos envolvendo mulheres brancas apresentaram leve declínio, o feminicídio aumentou entre mulheres pretas e pardas.

Para a pesquisadora Jackeline Ferreira Romio, autora do estudo, os dados mostram que políticas de enfrentamento à violência precisam considerar raça e classe.

"Existem populações mais vulnerabilizadas, que sofrem violências múltiplas, e isso impacta eventos extremos como a mortalidade por feminicídio. Para que a política chegue às mulheres negras, ela precisa ser interseccional, considerar a relação entre racismo e violência de gênero. Se não houvesse racismo institucional, não veríamos essa concentração de 68%."

Ela destaca que as estatísticas de segurança pública são subestimadas, já que nem todas as mortes violentas de mulheres são investigadas. Dados da saúde apontam que entre 3.500 e 4 mil mulheres morrem por causas violentas por ano no Brasil, das quais cerca de 2.500 são vítimas de feminicídio.

Pesquisa da Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Sesc São Paulo, mostra que relatos espontâneos de violência entre mulheres aumentaram de 18%, em 2010, para 23%, em 2023.

**Guto Alves -**
Jornalista**Rose Silva -**
Jornalista

Excerto de matéria publicada na *Revista Focus Brasil*, edição 219, dezembro 2025. Leia a matéria completa em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2025/12/09/feminicidio-manifestacoes-em-20-estados-denunciam-ciclo-continuo-de-violencia/>



MEMÓRIA VERDE

Eduardo Galeano

Assim como nós, as árvores recordam.

Só que elas não se esquecem: vão formando anéis no tronco, e de anel em anel vão guardando sua memória.

Os anéis contam a história de cada árvore e delatam sua idade, que em alguns casos chega a dois mil anos; contam que climas conheceu, que inundações e secas sofreu, e conservam as cicatrizes dos incêndios, das pragas e dos terremotos que a atacaram.

Num dia como hoje, um estudioso do assunto, José Armando Boninsegna, recebeu dos alunos de uma escola argentina a melhor explicação possível:

– Os arbustos vão à escola e aprendem a escrever. Onde escrevem? Na pança. Como escrevem? Com anéis. E isso dá para ler.



Eduardo Galeano – Escritor (*in memoriam*), em "Os Filhos do Dias", Editora L&PM, 2^a edição, 2012.



O MACHISMO SEM CORAÇÃO NO CORAÇÃO DO PODER

Geraldo Lopes de Souza Júnior

"Ninguém é mais arrogante em relação às mulheres, mais agressivo ou desdenhoso do que o homem que duvida de sua virilidade."

(Simone de Beauvoir)

No domingo, 7 de dezembro, nas cidades de 20 estados do Brasil pipocaram manifestações contra o aumento assustador dos casos de feminicídio e outras formas de violência contra mulheres, segundo o Movimento *Levante Mulheres viúvas*. O machismo estrutural é reforçado pela família e outros aparelhos ideológicos de Estado, mas o seu combate também.

Aprendi cedo, ainda menino, que homem não levanta a voz para mu-

lher. Homem escuta. Isso não veio de livro, nem de discurso bonito sobre igualdade. Veio do jeito como meu pai falava baixo, mesmo cansado, e do jeito como minha mãe nunca precisou gritar para ser respeitada. Veio da divisão das tarefas, do pedido de desculpas quando alguém errava, da regra silenciosa de que dignidade não se negocia dentro de casa.

Talvez por isso hoje, caboco, me cause tanto espanto – e uma rai-

va que acende o fígado – ver o país inteiro aplaudir homens públicos que não sabem sequer tratar com humanidade as mulheres dentro da própria casa.

O Brasil sempre teve um carinho especial pela esposa de político, desde que ela saiba exatamente “qual é o seu lugar”. De preferência, atrás. Em silêncio. Sorrindo para a foto. No máximo, segurando um curumim no colo ou como figurante de família feliz em comercial de margarina institucional.

Se sair disso, já dizem que “se meteu onde não foi chamada”.

Tu te lembras, caboco? Não faz muito tempo que esse molde ficou famoso naquele retrato de “bela, recatada

e do lar", usado para embalar Marcela Temer como se fosse uma peça de porcelana chinesa: bonita, frágil e feita para não se mover. O problema é que o Brasil real não é vitrine. É zona de impacto.

Aí, quando uma primeira-dama resolve não se comportar como item de decoração, a República dá pane. Bastou Michelle Bolsonaro contrariar o próprio PL para surgir um espanto quase infantil:

– "Ué..., mas a esposa pode pensar?"

Pode. E pode errar também. Porque aqui a defesa não é de santa nem de sigla partidária – longe de mim defender o PL (vixe, vixe!). Quero defender a mulher. Ponto.

DE NORTE A SUL

Enquanto isso, longe do marketing eleitoral e perto do chibé nosso de cada dia, muita esposa virou denúncia antes de virar nota de rodapé.

Lá em Maceió, ainda nos anos 2000, Jullylene Lins acusou Arthur Lira (PP, AL) de agressões, estupro conjugal e violência psicológica. O tempo passou, os processos envelheceram, as reportagens sumiram por ordem judicial. Ele cresceu. O caso ficou suspenso no limbo – esse lugar aonde o Poder vai quando não quer responder.

Em Brasília, em 2017, Élida Souza Matos foi à polícia denunciar Ad-

mar Gonzaga, então ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Teve olho machucado, medida protetiva, denúncia da PGR. Anos depois, absolvição por falta de provas. A Justiça encerrou o processo, mas o corpo não recebeu o memorando.

Em São Paulo, a história se atualiza com outros figurinos, mas o mesmo roteiro. Cíntia Chagas denunciou Lucas Bove (PL, SP) por agressões, controle e intimidação. Parte do inquérito corre em segredo de Justiça, esse biombo aveludado que protege mais o sobrenome do que a vítima.

Aí, em Goiânia, a violência atravessa a porta do próprio Parlamento. Marussa Boldrin (MDB-GO) denunciou o ex-marido, Sinomar Júnior, por agressões físicas e psicológicas. Teve nota de solidariedade da Câmara. Mas solidariedade institucional ainda não substitui a coragem de romper com a cultura que normaliza a brutalidade doméstica.

Noura sala de Brasília, o caso não virou boletim de ocorrência, mas virou vexame público. Antônia Lúcia Câmara (Republicanos, AC) expôs Silas Câmara (Republicanos, AM) por traições, humilhação psicológica e abandono. Não foi crime tipificado. Mas foi abuso. E abuso também destrói – só demora mais para aparecer no laudo.

Durante a pandemia, quando o país enterrava gente em ritmo industrial,

Andrea Barbosa falava de manipulação, infidelidade, festas e controle psicológico praticados por Eduardo Pazuello (PL, RJ). Ela não depôs na CPI por medo. Porque aqui, às vezes, o terror não vem de ameaça explícita – vem do tamanho do cargo.

No Rio de Janeiro, entre eleições, púlpitos e delegacias, o casamento de Rosinha Garotinho com Anthony Garotinho (PRP, RJ) virou ringue público. Política e vida conjugal misturadas como combustível e fogo. Depois vieram prisões, escândalos, decadência. O amor já tinha pedido exoneração muito antes.

Em Belo Horizonte, nos bastidores mineiros do poder, surgiram relatos envolvendo o ambiente familiar de Aécio Neves (PSDB, MG): constrangimento moral, exposição, influência política dentro de casa. Nada virou processo doméstico. Porque há violências que continuam sendo tratadas como "assunto privado" – desde que o agressor seja público.

E em São Paulo, lá em 2000, quando Nicéia Camargo acusou Celso Pitta (PTB, SP) de negociar vereadores para barrar uma CPI, a carreira política desabou junto com o casamento. Um raro momento em que a casa caiu antes da narrativa conseguir varrer tudo.

Mais recentemente, o episódio envolvendo o deputado federal Paulo

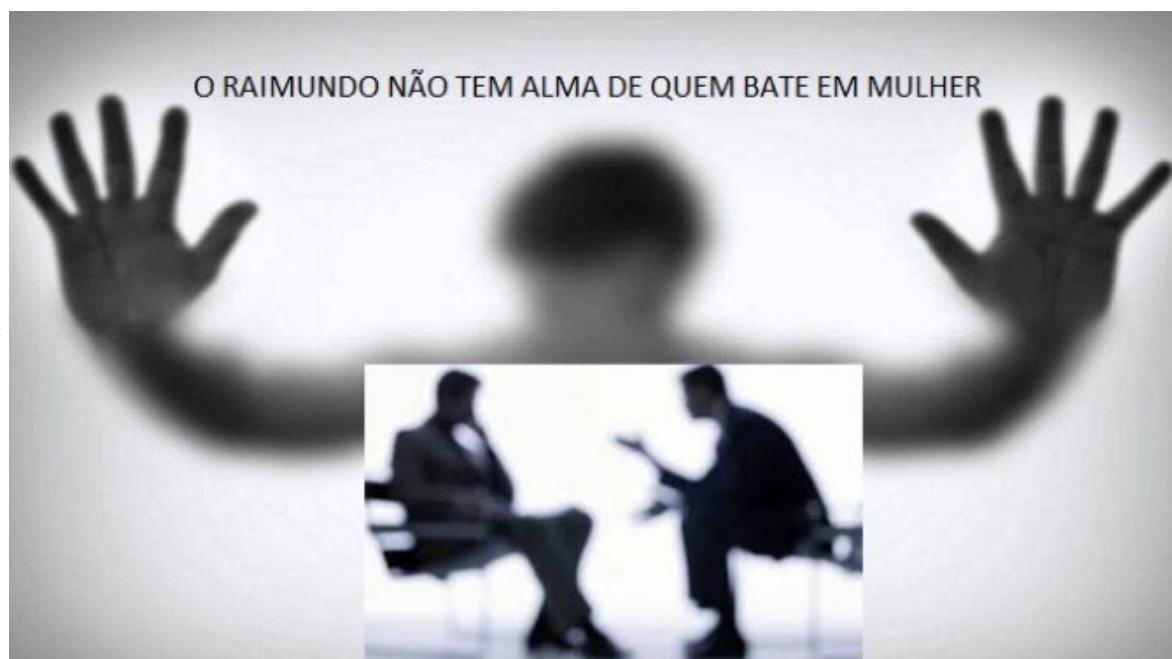


Foto: TaQuiPrati

O Censo Demográfico do IBGE indica que quase metade das mulheres de Manaus vive na mais completa solidão. E promessa é dívida, por isso não vou deixar você na mão...



Foto: TaquiPrati

Bilynskyj (PL, SP) mostrou que essa engrenagem não faz parte do passado – esse passado que não passou e está em plena rotação. Antes mesmo de qualquer conclusão judicial, versões viraram munição, redes sociais viraram tribunal, e o corpo da mulher voltou a ser território de disputa política.

Não importava o que se investigaria depois. O julgamento – quase sempre contra ela – já estava pronto. O poder, quando se sente ameaçado dentro de casa, costuma reagir como reage no Parlamento: atacando.

VIOLENCIA SEM PARTIDO

O que costura todas essas histórias não é ideologia. Não é esquerda, direita, centrão ou extremidade. Não é conservador nem progressista. Não é slogan nem púlpito. O que atravessa tudo é o machismo estrutural, essa engrenagem invisível que protege o poder e suspeita da mulher antes mesmo de ouvir o que ela diz. A misoginia hoje não precisa gritar: ela carimba, arquiva, desacredita.

E se dentro de casa a violência tenta calar mulheres na intimidade, fora dela também cobra seu preço. Basta lembrar Marielle Franco (PSOL, RJ), uma linda mulher, negra, periférica, eleita para questionar as estruturas que o poder tenta manter intactas.

O assassinato de Marielle não foi “caso isolado”, assim como a violência doméstica nunca é “incidente”. Foi parte da mesma lógica que pune mulheres que ousam sair do lugar esperado. O destino de Marielle mostra que, quando o poder se sente ameaçado, ele não só grita – ele elimina.

Meu pai também foi criado sob a brutalidade. Poderia ter repetido. Não repetiu. Poderia ter mandado. Escolheu. Poderia ter gritado. Silenciou para não ferir. Por isso eu não aceito como “erro ocasional” aquilo que é escolha. Violência doméstica não é erro: é projeto de poder.

Por isso é preciso dizer sem medo de perder amigo, seguidor ou editor: a defesa é da mulher. Mesmo quando ela não combina com o nosso campo político. Mesmo quando o agressor usa a nossa camisa. Mesmo quando ela não cabe na santinha que a gente gostaria de apoiar.

A violência não pede filiação partidária. A dor não consulta ideologia. E o abuso não respeita slogan.

Eu aprendi que dignidade não é discurso: é gesto repetido. Não se ensina respeito no palanque se ele não cabe na cozinha, no quarto, no corpo do outro.

Enquanto o Brasil seguir tratando esposa de político como cenário de campanha, continuará elegendo homens que governam de dia e oprimem de noite. E isso diz menos sobre eles e mais sobre nós. Porque nenhum machista chega ao topo sem que a sociedade lhe entregue os degraus.

O que vemos no Congresso, nos tribunais e nos palácios não é exceção: é espelho. A violência doméstica praticada por homens públicos não nasce no gabinete – ela só floresce lá porque, antes, foi regada no silêncio das casas, nas piadas de bar, nas desculpas esfarrapadas que a gente repete para proteger o agressor e desconfiar da vítima. Cada voto que normaliza esse tipo de homem no poder é também um atestado de que o machismo ainda encontra abrigo confortável no país que somos.

E não haverá democracia possível onde metade do Brasil segue lutando para sobreviver dentro da própria casa. Porque um país que aceita representantes machistas está aceitando, no fundo, a própria continuidade da violência.

Democracia nenhuma se sustenta quando precisa calar uma mulher para manter um homem de pé. Uma nação só muda quando a sociedade deixa de reconhecer esses homens como líderes – e passa a reconhecê-los pelo que realmente são: sintomas de uma doença que só se cura com coragem coletiva.

PS: A evolução moral de um país é lenta, quase sempre teimosa. Para que a memória das truculências masculinas – e das desculpas esfarrapadas que as acompanham – não se perca no caminho, deixo aqui algumas leituras que ajudam a entender por que a violência contra a mulher continua sendo um projeto social tolerado por muitos e combatido por poucos:
<https://www.taquiprati.com.br/cronica/177-lei-maria-da-penha-jane-black-cisco-big-black>
<https://www.taquiprati.com.br/cronica/180-a-alma-do-raimundo-e-os-direitos-da-mulher>
<https://www.taquiprati.com.br/cronica/183-a-sabinada-metendo-a-colher>
<https://www.taquiprati.com.br/cronica/238-o-dia-do-julgamento-de-sabino-podrao>



Geraldo Lopes de Souza Jr.
– Estatístico e Cronista em
www.taquiprati.com.br/



AS ROTAS DA SEDA NO SÉCULO ASIÁTICO

Emir Sader

A expressão “rotas da seda” serve para descrever as formas como se entrelaçaram povos, culturas e continentes, e que, ao fazê-lo, nos ajuda a compreender o modo em que no passado se propagaram as religiões e os idiomas e a mostrar como, nesta parte do mundo, distintas ideias sobre a comida, a moda e a arte se difundiram, competiram entre si e influenciaram umas às outras.

As rotas da seda ajudam a esclarecer o lugar central que ocupam o controle dos recursos e o comércio de longa distância e, portanto, explicam os contextos das expedições que contribuíram para dar forma ao surgimento dos impérios e os motivos que as animavam a cruzar desertos e oceanos.

As rotas da seda mostram como se estimulou a inovação tecnológica ao longo de milhares de quilômetros e como a destruição da violência e das doenças frequentemente seguiu as mesmas pautas.

Ao nos ensinar a ver os ritmos da história, as rotas da seda nos permitem entender que o passado não é um de períodos de regiões isoladas e com limites definidos, mas que, na realidade, o mundo esteve conecta-

do durante milênios, em um passado global, mais amplo e inclusivo.

Por mais que existam outros temas, são os países que compõem a Rota da Seda que verdadeiramente importam no século XXI.

As rotas da seda ocupam um lugar tão central que é impossível compreender o que acontece ou pensar com o que vamos nos deparar amanhã sem levar em conta a região que se estende entre o Mediterrâneo Oriental e o Pacífico. Na Ásia, as rotas da seda são onipresentes.

Já vivemos no século asiático, numa época em que o produto interno bruto global está se deslocando das economias desenvolvidas do Ocidente para as do Oriente em uma escala e velocidade assombrosas.

Algumas projeções preveem que, em 2050, a renda per capita se multiplicará por seis na Ásia, o que tornaria ricos outros três bilhões de habitantes do continente. O que significa que a Ásia recuperaria a posição econômica de uns 300 anos atrás, antes da Revolução Industrial.

A transferência do poder global para a Ásia se dá na direção de um processo de reversão do caráter que tinha o mundo antes da ascensão do Ocidente. Um cálculo prevê que,

para o ano de 2027, o PIB combinado das cidades asiáticas já será maior que o das norte-americanas e europeias, e se espera que, só oito anos depois, as supere em 17%.

Nesse grande movimento que experimenta o PIB mundial nas últimas décadas, só na China mais de 800 milhões de pessoas saíram da pobreza desde a década de 1980. Em 2002, o PIB da China era 39% do PIB dos EUA. Em 2008, o indicador tinha aumentado para 60% e, em 2016, o PIB da China já era de 114% do norte-americano, com uma tendência nessa direção cada vez mais favorável ao país asiático.

A população da Ásia, que ascende a quatro bilhões de habitantes, é cada vez mais numerosa e rica. Nenhuma das 10 economias que mais crescem atualmente se encontra no hemisfério ocidental. Configura-se assim um mundo cujo centro de gravidade econômica está se distanciando do Ocidente.



Emir Sader - Sociólogo. Conselheiro da Revista Xapuri. Fonte: <https://www.brasil247.com/blog/as-rotas-da-seda-no-seculo-asiatico>





O LEGADO DE CHICO MENDES NA COP 30: VOZES DA FLORESTA NO DEBATE GLOBAL

Entrevista com Elenira Mendes por Marcos Jorge Dias

A COP 30, realizada em Belém, trouxe ao coração da Amazônia representantes de mais de 90 países para discutir o futuro climático do planeta. Em meio ao fervor dos debates, Elenira Mendes – filha do líder seringueiro Chico Mendes – destacou a atualidade do legado de seu pai e a urgência de um compromisso real com os povos da floresta.

Ela recorda que, nos anos 1980, seringueiros partiram de Xapuri rumo a Brasília para propor uma reforma agrária voltada aos extrativistas. Dessa mobilização nasceu o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e, posteriormente, a Aliança dos Povos da Floresta. “Sem alfabetização formal, eles compreendiam profundamente o que é viver em equilíbrio com o meio ambiente”, ressalta.

SABER ANCESTRAL E CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA

Para Elenira, conceitos como bioeconomia e transição energética justa não são novidades: “Os seringueiros sempre defenderam que é possível conciliar progresso com preservação ambiental. Eles viviam isso na prática, muito antes de a ciência começar a teorizar sobre o tema”.

Ela lembra ainda que Chico Mendes levou denúncias ao Banco Mundial e ao BID sobre o uso de recursos que promoviam destruição e expulsão de comunidades.



Foto: Marcos Jorge Dias



"Foi um ato de coragem e visão. Hoje, os países se reúnem para criar fundos de apoio à Amazônia, mas meu pai já alertava sobre isso há mais de 37 anos. Não dá para falar de futuro sem ouvir a Amazônia."

COP 30: ESPERANÇA OU ESPETÁCULO?

Elenira viu a COP 30 como oportunidade, mas também como risco de se tornar apenas mais um grande evento:

"Muitas vezes parece um espetáculo onde se apresentam metas sem obrigação de cumprimento. Enquanto isso, os verdadeiros guardiões da floresta continuam privados do mínimo necessário para viver com dignidade."

Elenira é cética quanto ao cumprimento das metas até 2030: "Desde a ECO-92, muito se fala e pouco se faz. Os países continuam presos ao petróleo, às guerras, aos interesses econômicos. E, enquanto isso, as comunidades da Amazônia seguem sem acesso ao básico – água, saúde, educação".

TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL

Elenira conta que sua entrada no movimento social foi motivada por uma mensagem deixada por Chico Mendes no verso de uma foto sua. "Aquilo me tocou profundamente. A partir daí, comecei a militar e creamos o Instituto Chico Mendes."

Ela relembra também uma conversa marcante: "Meu pai me perguntava: 'Nira, se o papai morrer, o que você vai fazer?' Eu respondia: 'Vou chorar.' E ele dizia: 'Não, você não vai chorar! Você vai se tornar advogada e vai ajudar o movimento.'

Formada em Administração com especialização em Gestão de Recursos Ambientais, Elenira decidiu cursar Direito e hoje atua como advogada. "Quando defendo os interesses de pessoas desassistidas, sinto que estou realizando o sonho dele: ajudar quem precisa, ser uma força para quem está fraco."

ATUAÇÃO SOCIAL E CONTINUAÇÃO DO LEGADO

Seu trabalho não se limita ao movimento dos seringueiros. Ela

auxilia associações, ONGs e instituições na formalização e defesa jurídica. "Minha vida está totalmente voltada à causa – seja ela ambiental, jurídica ou social."

Para Elenira, sua trajetória é uma reconstrução e também a continuidade da missão de Chico Mendes: "Ele era a voz dos invisibilizados da floresta. Nunca disse 'sou eu', mas 'somos nós'. Hoje, quando encontro alguém que precisa de força, eu me coloco à frente. Essa é minha missão."

Quarenta anos após a criação do CNS, o legado de Chico Mendes ecoa na COP 30 como chamado à escuta da floresta e de seus povos. A luta iniciada por seringueiros e comunidades tradicionais permanece viva, lembrando ao mundo que não basta preservar a floresta: é preciso garantir dignidade e qualidade de vida para quem nela habita.



Marcos Jorge Dias – Jornalista. Repórter especial da Revista Xapuri na COP 30.



Fotos: IPHAN/Divulgação

POTES E PANELAS: A OCUPAÇÃO DO CERRADO POR HORTICULTORES QUE VIVIAM EM ALDEIAS

— Altair Sales Barbosa, Sandro Dutra e Silva

O território brasileiro tem sido o palco no qual as populações indígenas desenvolveram culturas diferentes, em conformidade com suas origens, seu tempo histórico e suas possibilidades tecnológicas.

As condições ambientais encontradas pelos agricultores indígenas não parecem terem sido muito diferentes das conhecidas pelos primeiros colonizadores de origem europeia, mas foram exploradas de modo diferente.

O território já era ocupado, desde antes de 12.000 anos Antes do Presente (A.P.), por uma população humana composta de caçadores e coletores. As etapas mais antigas da evolução desses homens pré-cerâmicos são mais conhecidas que as mais recentes, nas quais se transformaram em cultivadores e ceramistas.

Nos locais em que se encontram depósitos estratificados em abrigos, como em Serranópolis, Goiás, há descontinuidade entre as camadas do homem sem cerâmica e a do ceramista; as próprias datas indicam um hiato muito marcante entre ambas as ocupações.

Nas áreas onde as aldeias de ceramistas se levantaram ao ar livre, ainda não foram encontrados sítios pré-cerâmicos que pudessem apoiar estudos de tradição tecnológica ou cultural.

Dessa maneira, sem transição aparente, aparecem grupos ceramistas, cultivadores de plantas, que os arqueólogos separam em tradições tecnológicas, fases e subfases.

Essas classificações ainda são altamente hipotéticas e será necessário um longo trabalho de análise e comparação, não apenas dos elementos cerâmicos e líticos, mas de todos os outros dados, para se obter conhecimentos fidedignos sobre as populações, sua vida e sua história.

Mesmo cronologicamente, as informações se apresentam escassas, apoiando-se em um pequeníssimo



número de datas de C-14, que não marcam nem o começo nem o transcurso completo da ocupação.

O apoio na etno-história proporciona algumas hipóteses, ainda não testadas, com relação à continuidade desses cultivadores pré-históricos no período colonial.

TRADIÇÕES E FASES GEOLÓGICAS DO CENTRO, SUDESTE E NORDESTE DO BRASIL

No Centro, Sudeste e Nordeste do Brasil (Aratu, Sapucaí, Una), ocorrem no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, Goiás e áreas vizinhas.

No Centro, Sudeste e Nordeste do Brasil, o material está classificado como pertencente às seguintes tradições tecnológicas definidas:

TRADIÇÃO	FASES
Tradição Aratu	Mossâmedes e Tejuacu
Tradição Uru	Uru, Jaupaci, Urucu, Itapirapuã e Aruanã
Tradição Sapucaí	Itaberaí, Itaci, Jaraguá, Paraopeba, Ibiraci e Sapucaí
Tradição Una	Jataí, Palma, Jaborandi, Piumhi
Tradição Tupi-guarani	Iporá e São Domingos
Tradição não definida	Fase Pindorama

TRADIÇÃO CERAMISTA ARATU

A Tradição Aratu abrange um conjunto de sítios arqueológicos de grupos horticultores. É representada por sítios cerâmicos a céu aberto, cuja distribuição geográfica abrange o leste do Brasil, o Nordeste e os domínios do Planalto Central.

A cerâmica é predominantemente simples, produzida com antiplástico mineral e tem formas grandes, esféricas ou ovoides.

Na região, essa tradição engloba as fases Mossâmedes e Tejuacu.

Fase Mossâmedes

As datas conseguidas para o material da fase Mossâmedes variam entre 1.140 anos A.P. e 960 anos A.P.

Os sítios estão localizados em uma extensa área que abrange, de modo geral, o Centro-Sul de Goiás, corresponde à borda das serras do Caiapó, de Dourados e dos Pireneus, englobando, entre outros, os seguintes municípios: Edeia, Ipameri, Orizona, Goiatuba, Trindade, Anicuns, Taquaral, Itaguaru, Heitoraí, Mossâmedes, Jaupaci, Diorama, Montes Claros, Caiapônia, Goiânia e outros.

A cerâmica é caracterizada por vasilhames grandes, sendo a maior parte sem decoração, contorno simples e infletido, formando corpo ovoide, esferoide e elipsoide. As bordas não têm reforço, as bases são arredondadas e levemente aplinadas e a espessura da parede oscila entre 0,5 e 3,0 cm.

O antiplástico característico é a fibra vegetal. Outros materiais de cerâmica diagnósticos são as rodas de fuso, que se apresentam com formas variadas.

Entre o material lítico, aparecem lâminas de machado polidas, com garganta e semilunar, tembetás de quartzo, mãos de pilão, panelas rasas e pilões trabalhados em pedra sabão, lascas e percutores.

Embora a datação absoluta mais antiga conseguida para a Fase Mossâmedes até o momento seja 1.140 anos A.P., Schmitz (1982), com base em estudos quantitativos, afirma que essa fase deve ter compreendido um período que vai desde aproximadamente 2.000 anos A.P. até o século XVIII da nossa Era.

Os assentamentos são caracterizados por grandes aldeias circulares.

Fase Tejuacu

A Fase Tejuacu foi estudada e definida ao longo do Vale do rio Paraná, no nordeste de Goiás. A cerâmica tem a mesma característica da Fase Mossâmedes.

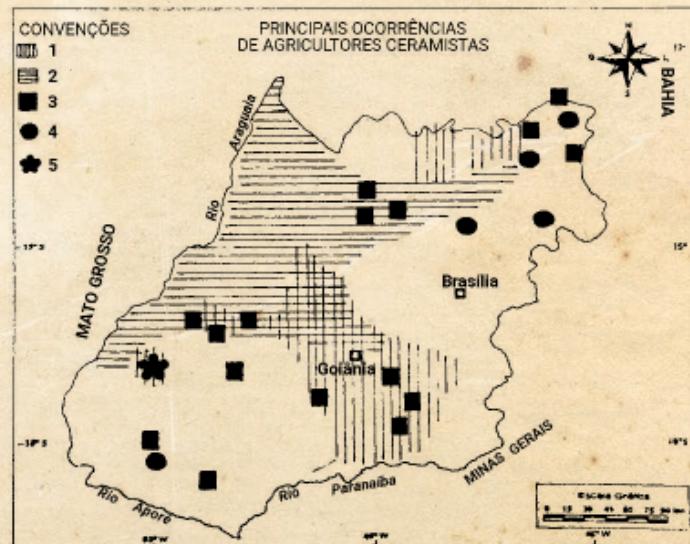
TRADIÇÃO URU

A Tradição Uru foi definida em 1974 por Schmitz, Wust, Barbosa e Basile Becker. Caracteriza uma tradição ceramista de grupos horticultores das bacias do Tocantins e Araguaia. No Sistema dos Cerrados, engloba as fases: Aruanã, Itapirapuã, Jaupaci, Uru e Urucu.

Fase Aruanã

Os sítios cerâmicos da Fase Aruanã estão localizados na bacia do Rio Vermelho, a partir do curso médio deste, ocupando as margens dos lagos que se prolongam até o rio Araguaia.

Até o presente, foram conseguidas duas datas para essa fase: uma para o século XII e outra para o século XIII da nossa Era, mas os estudos parecem indicar que essa fase vem até época bem mais recente.



Adaptado de MELLO, P. J. de C.; VIANA, S. A. Breve histórico da Arqueologia de Goiás. In: MOURA, M. (Coord.). *Índios de Goiás. Uma perspectiva histórico-cultural*. Editora UCG; Editora Viera; Editora Kelps: Goiânia, 2006. p. 17-49.



Os assentamentos são representados por fileiras de casas concentradas ao longo de lagos, banhados, ou mesmo de um rio.

A cerâmica é caracterizada por formas rasas, onde sobressaem tigelas e assadores, ao lado de formas restrinidas (vasilhames cerâmicos com abertura superior mais fechada); o contorno é simples e infletido, o corpo se distribui nas formas ovoides, esferoides, elipsoides e cônicas.

Há certa ocorrência de decoração, representada por apliques e apêndices em forma de asas; o antiplástico é caracterizado essencialmente por fibra vegetal. No instrumental lítico predominam as lâminas de machado polidas e com garganta.

Fase Itapirapuã

Os sítios cerâmicos da Fase Itapirapuã estão localizados no curso do alto da bacia do Rio Vermelho, abrangendo os municípios de Itapirapuã e Jussara, em Goiás. Não se tem nenhuma datação absoluta, mas os estudos efetuados parecem indicar que esta fase seja cronologicamente anterior à Fase Aruanã. Os sítios estão assentados nas proximidades de córregos menores. As formas cerâmicas muito se assemelham às da

Fase Aruanã, o contorno é simples e infletido; o corpo é predominantemente elipsoidal, mas aparecem também as formas ovoides e cônicas. Há uma presença constante da decoração, em que se sobressaem as asas, às vezes sob a forma de orelhas, ou onduladas, ou em forma de bastão. Predomina o antiplástico vegetal. O material lítico é caracterizado por lâminas de machado polidas, percutores, quebra-coquinhos e pratos em pedra-sabão.

Fase Uru

Os sítios cerâmicos da Fase Uru estão localizados no alto curso do Rio Uru, dentro dos terrenos pertencentes à antiga microrregião homogênea conhecida como Mato Grosso de Goiás, abrangendo os municípios de Itaberaí, Heitoraí, Uruana e Carmo do Rio Verde.

As datas mais antigas se situam em torno do século XIII de nossa Era. Nenhum dos sítios desta fase está ligado diretamente ligadas ao rio, mas a córregos menores. A cerâmica é caracterizada por vasilhames fundos e vasilhames rasos (tigelas, pratos e assadores).

Os contornos são simples e infletidos. No antiplástico ocorre fibra vegetal e areia. Outros elementos de cerâmica são característicos desta fase: carimbos cilíndricos, base perfurada e rodelas de fuso.

O instrumental lítico característico é representado por lâminas de machado polidas e lâminas de machado polidas em forma de meia-lua.

Fase Jaupaci

Os sítios cerâmicos que compõem a Fase Jaupaci estão situados no curso médio do Rio Claro, afluente do Araguaia, abrangendo os municípios de Jaupaci, Fazenda Nova e Montes Claros de Goiás.

Essa fase parece ser paralela e contemporânea da Fase Uru, da qual se distingue por poucos elementos.

As formas dos vasilhames cerâmicos são predominantemente ovoides, esferoides e elipsoides, com contornos simples e infletidos. A única decoração existente é a ocorrência de apêndices (asas) em pequena quantidade.

O antiplástico é caracterizado por fibras vegetais (cariapé) e areia. O instrumental lítico é representado por lascas com retoques, pilão de pedra-sabão e lâminas de machado polidas.

Fase Uruaçu

Os sítios cerâmicos que constituem a Fase Uruaçu estão localizados principalmente à margem esquerda do Rio das Almas, bacia do Tocantins, abrangendo os municípios de Hidrolina e Itapaci. Não se tem datações absolutas para esses sítios, mas estudos quantitativos demonstram sua contemporaneidade com as fases Uru e Jaupaci.

A cerâmica é caracterizada por formas ovoides, esferoides e cônicas, com contornos simples e infletidos. Ocorre uma decoração de superfície, representada por um banho alaranjado.

O antiplástico é caracterizado por fibra vegetal e areia. No instrumental lítico sobressaem lâminas de machado polidas e quebra-coquinhos.

TRADIÇÃO SAPUCAÍ

A Tradição Sapucaí denomina uma tradição cerâmica de grupos horticultores do centro e nordeste do Brasil e mantém uma série de afinidades com a Tradição Aratu, da qual, em muitos casos, é difícil estabelecer uma separação.

Por isso, problemas referentes à sua definição foram discutidos posteriormente (Schmitz, Barbosa & Ribeiro, ed., 1981), sem, todavia, chegar-se a um consenso quanto à sua posição taxionômica.

Fase Itaberai

Localizada sobre as cabeceiras do rio Uru, no divisor de águas entre as bacias do Tocantins e Paranaíba, e sobre o rio Corumbá, na bacia do Paranaíba.

Nenhum sítio foi datado de forma absoluta, mas, pelos conhecimentos

acumulados até o momento, e com base nas possíveis relações desta com a Fase Mossâmedes, tudo parece indicar que a posição cronológica da Fase Itaberaí coincide com a parte final da Fase Mossâmedes.

A cerâmica é caracterizada por formas menores que as formas da Fase Mossâmedes, com corpo ovoide e esferoide, contorno simples e infletido. Com relação à decoração, predominam as formas simples, mas ocorre banho laranja na superfície e decoração corrugada.

O antiplástico é caracterizado por uma mistura de caco moído, areia e fibra vegetal. O material lítico é caracterizado por lâminas de machado polidas, percutores, tembetás e quebra-cocos.

Fase Ibiraci

A Fase Ibiraci está representada por sítios arqueológicos distribuídos ao longo do vale do rio Sapucaí. A cerâmica é temperada com arenito cozido, cujas arestas formam uma parede grosseira, sem nenhum alisamento.

Fase Sapucaí

Os sítios estão distribuídos na região onde atualmente se construiu a represa de Furnas, no Rio Grande. A cerâmica é temperada com hematita rolada ou areia. Há o registro de duas datas de C-14 para esta fase: A.D. 1.065 ± 90 e A.D. 1.095 ± 70 .

Fase Paraopeba

Os sítios estão mais concentrados na região de Sete Lagoas. A cerâmica, também temperada com hematita, apresenta forte semelhança com a da Fase Sapucaí.

Fase Jaraguá

A Fase Jaraguá foi classificada por Prous. Os sítios se distribuem pelo centro-norte de Minas Gerais. A cerâmica muito se assemelha à da Fase Sapucaí, mas uma particularidade relativa ao assentamento (habitação semissubterrânea) a diferencia das demais fases da Tradição Sapucaí.

Há o registro de uma data de C-14 para esta fase: A.D. 1.095 ± 70 .

TRADIÇÃO UNA

A Tradição Una caracteriza um complexo lito-ceramista de grupos que já exerciam certo domínio sobre plantas cultivadas, como amendoim, milho, cucurbitáceas, algodão etc. Na região, essa tradição engloba as principais fases: Jataí, Palma, Jaborandi e Piumhi.

Fase Jataí

Os sítios que compõem a Fase Jataí estão situados no vale do Rio Verdinho, bacia do Paraná, no sudoeste do estado de Goiás. A maior parte desses sítios foi localizada em abrigos sob rochas.

Trata-se de uma fase lito-cerâmica em que a cerâmica é caracterizada por vasilhames pequenos de contorno infletido, de superfície aliada, e na maioria dos casos apresenta engobo vermelho. Há ainda leve ocorrência da decoração incisa e ponteada, e o antiplástico é caracterizado por fibra vegetal e areia.

O instrumental lítico muito abundante é caracterizado por instrumentos trabalhados sobre lascas grandes, com lançamentos e retoque bifaciais, sobressaindo-se as lâminas de machado lascadas, facas e raspadores, todos trabalhados em arenito fritado.

Associados a esta fase, encontram-se restos de alimentos animais, como mamíferos, répteis e aves, e alimentos vegetais, entre os quais alguns cultivos, como milho, cucurbitáceas, amendoim e certos tipos de cereais não identificados.

As datações conseguidas situam a Fase Jataí ao redor de 1.000 anos Antes do Presente

Fase Palma

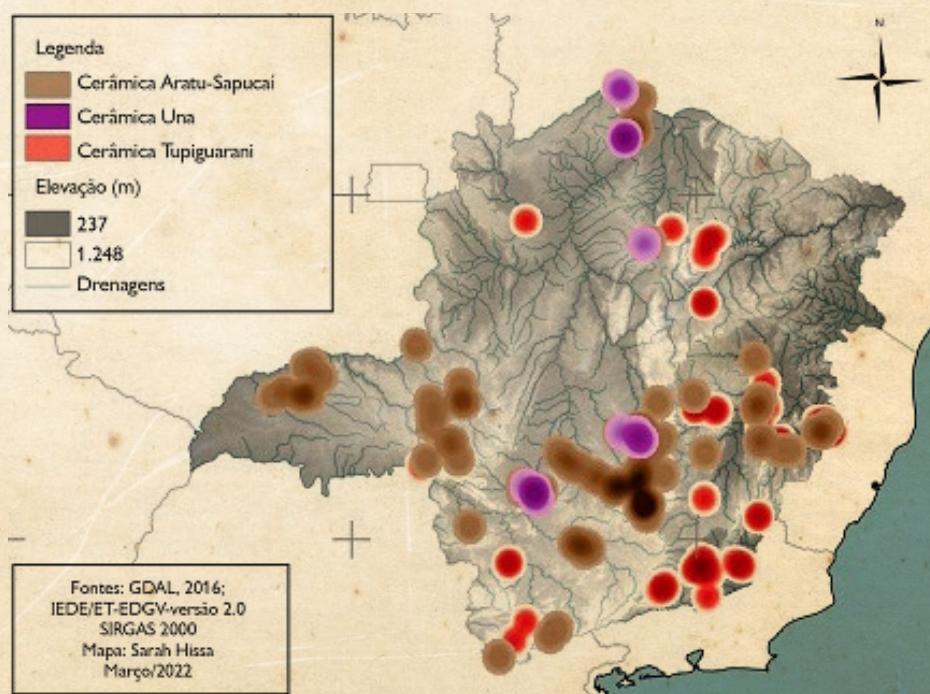
Localizada em abrigos sob rocha ao longo do Rio Palma, bacia do Paraná, no nordeste de Goiás. A cerâmica reúne as mesmas características da cerâmica descrita para a Fase Jataí.

As formas e técnicas são muito semelhantes ao instrumental da Fase Jataí, embora a matéria-prima do instrumental lítico seja, no conjunto, diferente. Também associados a esta fase se encontram restos de alimentos animais e vegetais.

As datas mais antigas estão ao redor de 1.500 anos Antes do Presente.

Fase Jaborandi

Os sítios que compõem a Fase Jaborandi estão localizados na vertente do rio Corrente, bacia do São Francisco, no oeste do estado da Bahia, e situam-se em abrigos sob rocha e em áreas abertas.



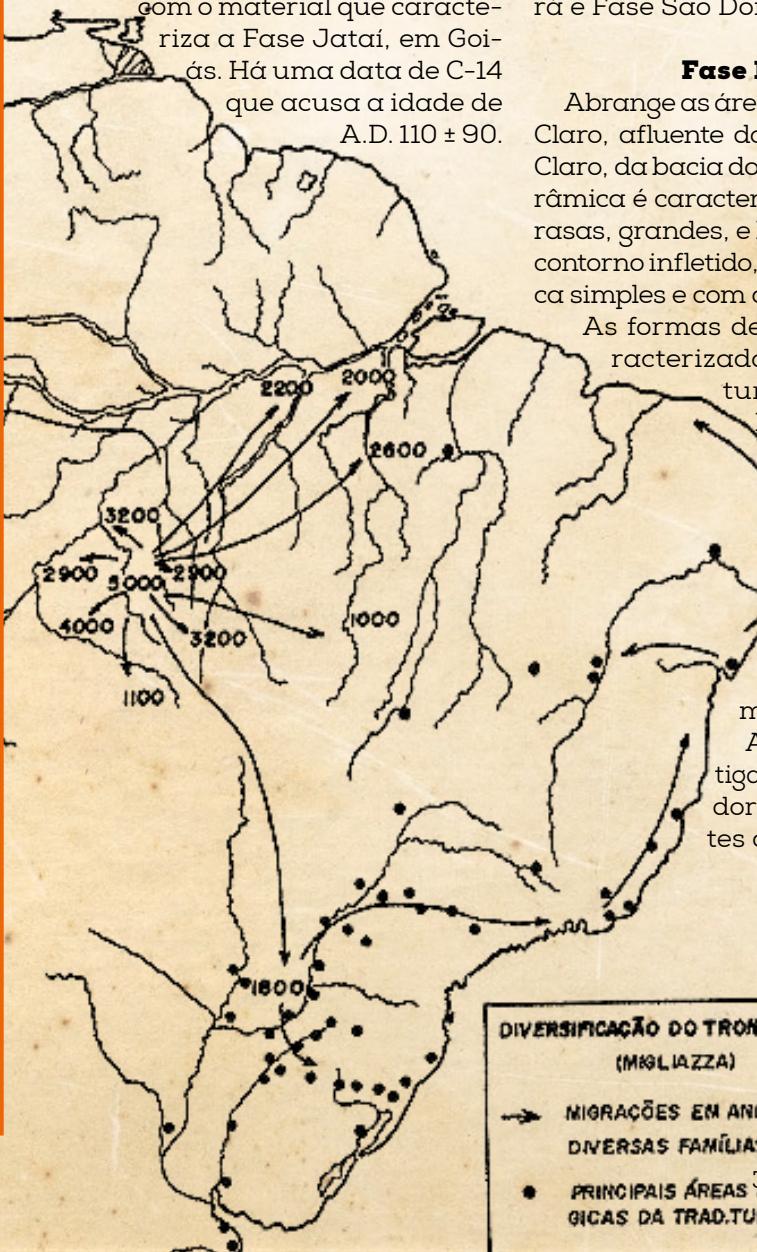
O material é representado por cerâmica, instrumental lítico, restos de alimentos vegetais e animais e fibras utilizadas na tecelagem. A cerâmica guarda as mesmas características gerais da Fase Jataí, diferindo no antiplástico.

O complexo instrumental lítico e os restos de alimentação também muito se assemelham ao material da Fase Jataí.

As datas mais antigas estão ao redor de 1.000 anos Antes do Presente.

Fase Piumhi

Os sítios que compõem a Fase Piumhi estão distribuídos no centro-oeste de Minas Gerais. Trata-se do material cerâmico mais antigo encontrado em Minas Gerais e apresenta grandes semelhanças com o material que caracteriza a Fase Jataí, em Goiás. Há uma data de C-14 que acusa a idade de A.D. 110 ± 90 .



TRADIÇÃO TUPIGUARANI

Na região, os sítios arqueológicos da Tradição Tupi-guarani ocorrem principalmente em Goiás e estão localizados na bacia do rio Claro, afluente do Araguaia, ao longo dos rios Verde (Verdinho) e Claro, afluentes do Paranaíba, abrangendo os municípios de Jaupaci, Montes Claros de Goiás, Caçú e Jataí.

Mais para o nordeste de Goiás, também aparecem vestígios dessa tradição nas proximidades dos municípios de São Domingos e Monte Alegre de Goiás. Também é registrada sua ocorrência no oeste da Bahia, no município de Santa Maria da Vitória.

Até o momento, foram definidas duas fases para a região: Fase Iporá e Fase São Domingos.

Fase Iporá

Abrange as áreas da bacia do Rio Claro, afluente do Araguaia, e Rio Claro, da bacia do Paranaíba. A cerâmica é caracterizada por formas rasas, grandes, e há predomínio do contorno infletido, havendo cerâmica simples e com decoração.

As formas decoradas são caracterizadas por uma pintura vermelha sobre engobo branco e, em menor proporção, ocorre decoração corrugada e unguulada. O antiplástico é predominantemente caco moído. As datas mais antigas situam-se ao redor de 600 anos Antes do Presente.

Fase São Domingos

Abrange áreas da Serra Geral de Goiás, na vertente rio Paraná, e áreas do oeste da Bahia, vertente do rio Francisco.

A cerâmica é caracterizada por vasilhames sem decoração e decorados. Os decorados salientam a pintura vermelha e/ou vinho sobre engobo branco.

O antiplástico é caco moído, em sua maioria. Não se pode precisar ainda uma cronologia para a Fase São Domingos.

TRADIÇÃO NÃO DEFINIDA

Fase Pindorama

A Fase Pindorama abrange um conjunto de sítios arqueológicos representado por três sítios em ambiente aberto e um sítio em abrigo, localizados ao longo do curso médio do rio Tocantins, no estado do Tocantins. No abrigo, o material cerâmico está associado a uma indústria lítica trabalhada sobre seixos.

Na cerâmica, predomina a ocorrência de antiplástico mineral e fibra vegetal cariapé, com predominância do primeiro. A grande maioria dos fragmentos indica uma cerâmica simples.

Os sinais de decoração são de maneira muito reduzida e representam um banho vermelho. A Fase Pindorama, definida por Barbosa e Schmitz em 1982, parece representar uma fronteira entre as Tradições do Centro e do Nordeste do Brasil e as Tradições amazônicas.

As datações conseguidas indicam uma cerâmica antiga e, com toda segurança, pelo menos há 410 anos A.C. a área já era ocupada por grupos ceramistas.



Altair Sales Barbosa - Arqueólogo, (completar a qualificação tradicional), em 650 Gerações - *A história do povoamento do Brasil antes dos europeus*, 2023.



Sandro Dutra e Silva - Doutor em História Ambiental. Vice-reitor de pesquisa da Uni-Evangelica, em 650 Gerações - *A história do povoamento do Brasil antes dos europeus*, 2023.



MESMA PALAVRÁ DE ORDEM

— Antenor Pinheiro, especial de Santa Clara, Cuba



Imagem: Antenor Pinheiro (Julho/2019)

No jardim silencioso que circunda o Mausoléu de Che Guevara em Santa Clara de Cuba, a frase do *Pacto Del Pedrero*, acordo firmado em 1958 para unificar as forças revolucionárias cubanas, ecoa com inesperada atualidade, ainda que continue a expressar a vocação latino-americana para a solidariedade rumo à construção coletiva do futuro. Naquele momento, o desafio era derrotar uma ditadura; hoje está associado às lutas para preservar a vida nos territórios latino-americanos diante da crise climática e do avanço predatório sobre florestas, rios e povos tradicionais. Quer dizer, se antes o chamado era político-militar para vencer a tirania,

agora a palavra de ordem enseja união para salvar a vida, o que significa que a essência do pacto permanece válida. Numa outra dimensão, assim como os revolucionários de então compreenderam que nenhuma força isolada venceria a ditadura, hoje os países e comunidades da América Latina percebem que não há proteção ambiental possível sem alianças que atravessem fronteiras, culturas e movimentos sociais. A Amazônia não se defende apenas do Brasil; o Cerrado não se protege sem o Paraguai e a Bolívia; os Andes não resistem sem os povos que ali vivem há séculos; o Caribe não enfrenta os violentos furacões sem cooperação científica

e climática. O "Pacto Del Pedrero" gravado na memória cubana, lembra que a unidade não é gesto simbólico, mas estratégia vital. E se antes a palavra de ordem era vencer ou morrer na luta pela liberdade, hoje protege povos, florestas e territórios - *y sigue siendo una estrategia fundamental para la vida en el continente.*

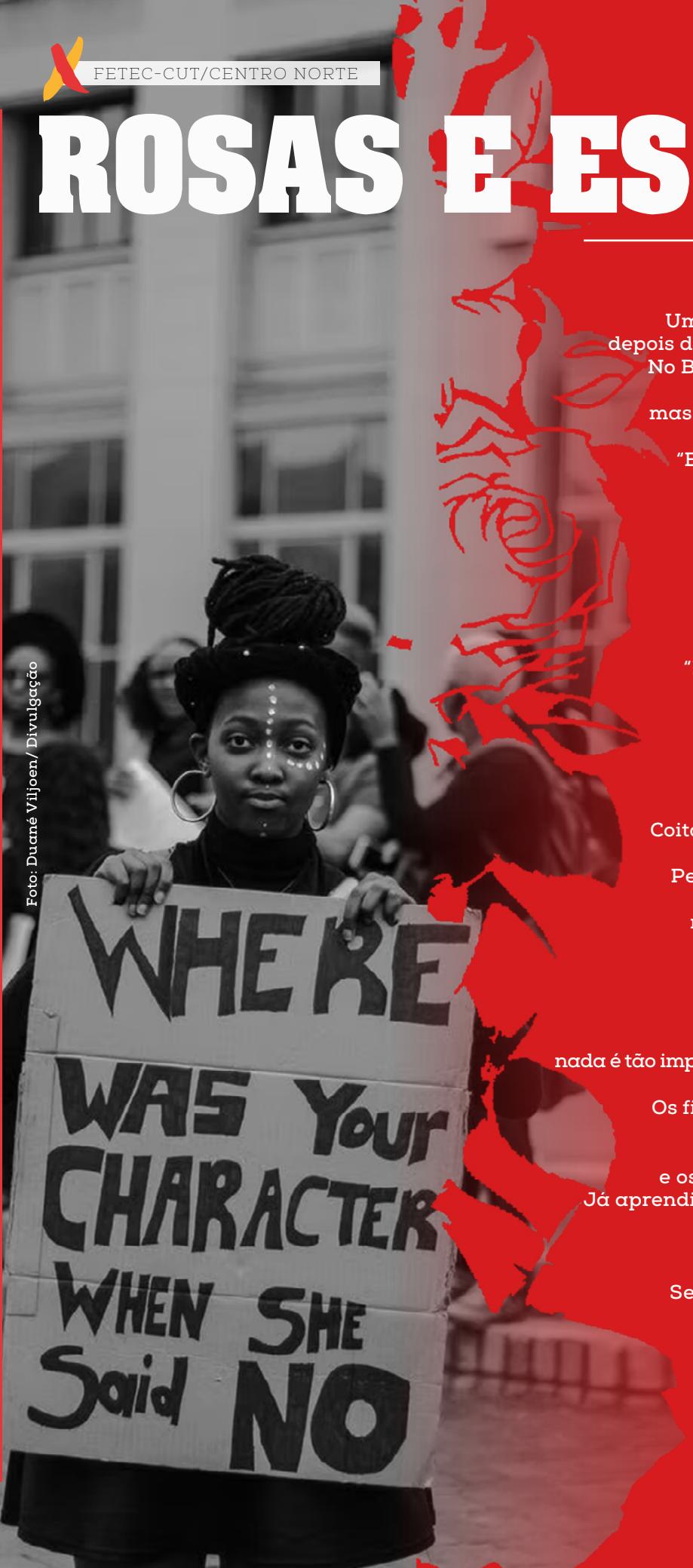


Antenor Pinheiro — Geógrafo. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.



ROSAS E ESPINHOS

Máira Gomes

A black and white photograph of a woman with braided hair and large hoop earrings holding a protest sign. The sign has bold, capital letters reading "WHERE WAS Your CHARACTER WHEN SHE Said NO". Red roses are overlaid on the right side of the image, partially obscuring the woman and the sign.

O machismo vosso de cada dia

Tirai dos nossos caminhos.

Uma vez por ano eles nos entregam rosas,
depois de um ano inteiro nos cravando espinhos.
No Brasil, a cada 7 horas uma mulher morre,
a mãe chora, o filho sofre,
mas enquanto ela apanha, ninguém socorre.

Porque é mais fácil ignorar:
"Ela tá com ele porque gosta de apanhar!"
Feminicídio virou palavra popular.

Nascer mulher é viver condenada,
Estupro, assédio, violência
"Veredicto? Culpada!"

E a sentença é viver com medo,
Porque não importa o que aconteça,
Eles vão sempre te apontar o dedo.
"Estava de burca, mas seu olhar pediu."

"Estava chorando, mas consentiu."
"E se bebeu, mereceu! Onde já se viu?"
Nos fizeram crer que, na flor da idade,
parir era nossa única finalidade.

"Não se casou? Encalhada!"
"Não tem filhos?
Coitada! Não sabe o que é amor de verdade."

Perdoe o alarmismo e o tom de denúncia,
sei que há beleza na renúncia,
mas, mulher, não espere reciprocidade.

Não vinda do patriarcado.
Nossas lágrimas regam a colheita
nesse sistema equivocado.

E é o seu sonho que será sacrificado.
Sua faculdade, sua carreira,
nada é tão importante que não possa ser deixado de lado.

"Tudo em nome da família, amém?"
Os filhos são da mãe e às vezes nem pai têm.

Eu não quero flores
e os espinhos eu mesma arranco no dente.
Já aprendi o caminho e vou deixar minha semente.

Outras mulheres virão,
derrubando o machismo na unha
e a escolha é uma só:
Ser atropelado ou servir de testemunha?



Máira Gomes - Jornalista e escritora, em: macabeadicoes.com/post/maria%20dragomes-eu-n%C3%A3o-quer-flores-e-os-espinhos-eu-mesma-arranco-no-dente-poema



O RETRATO NACIONAL DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Guto Alves e Rose Silva

O cenário registrado nas ruas brasileiras no início de dezembro reflete a tendência de agravamento da violência em todo o país. Dados oficiais e pesquisas consolidadas mostram crescimento persistente dos feminicídios, além do avanço de outras formas de agressão que antecedem os casos letais.

Segundo o Anuário de Segurança Pública de 2024, o país registrou 1.463 feminicídios em 2023, maior número desde que o crime passou a ser contabilizado. O aumento foi de 6,1% em relação ao ano anterior. A maior parte das vítimas foi morta por parceiros ou ex-parceiros, dinâmica que se repete em todas as regiões.

Os números do Sinesp, plataforma do Ministério da Justiça, indicam que somente no primeiro semestre de 2024 ocorreram 739 feminicídios, com maior concentração no Centro-Oeste, seguido pelas regiões Norte e Nordeste.

O Ministério das Mulheres aponta que, no mesmo período, houve crescimento de mais de 22% das denúncias ao Ligue 180, que recebe relatos de agressões, ameaças,

perseguições e descumprimento de medidas protetivas.

A subnotificação agrava o cenário. Estudos da área de saúde estimam que cerca de 40% das mortes violentas de mulheres podem ser feminicídios não classificados como tal, especialmente nas periferias e áreas rurais.

Dados reunidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que a maior parte das mulheres assassinadas já havia sofrido violência anteriormente e buscado ajuda. O Ministério da Justiça confirma que 86% das vítimas tinham histórico prévio de agressões, muitas vezes já registradas.

A vulnerabilidade é reforçada pelo baixo acompanhamento das medidas protetivas. Em 2023, apenas 7% estavam vinculadas a monitoramento eletrônico do agressor, embora o número total de medidas tenha crescido. O mesmo levantamento aponta que muitos agressores tinham histórico de violência contra outras mulheres da família.

O DataSenado reforça a percepção da gravidade do quadro: 68% das mulheres afirmam conhecer

ao menos uma vítima de violência doméstica, e 28% já sofreram agressões de parceiros ou ex-parceiros. A maioria considera que os casos são subnotificados e que mulheres negras e pobres têm menor acesso a atendimento especializado.

Esse conjunto de dados evidencia que a violência contra mulheres no Brasil não se limita aos casos extremos, mas a um ciclo contínuo de agressões, ameaças e vulnerabilidades, mais intenso nos territórios com menor presença do Estado.



Guto Alves -
Jornalista



Rose Silva -
Jornalista

Excerto de matéria publicada na Revista Focus Brasil, edição 219, dezembro 2025. Leia a matéria completa em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2025/12/09/feminicidio-manifestacoes-em-20-estados-denunciam-ciclo-continuo-de-violencia/>



LUTA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, LIDERADA PELO SINPRO, CONQUISTA AUMENTO DOS PERCENTUAIS DE TITULAÇÃO

A greve realizada por professoras, professores, orientadoras e orientadores educacionais em 2025 rendeu um acordo com o Governo do Distrito Federal, fechado com a mediação do Tribunal de Justiça do DF, que continha diversos pontos da pauta de reivindicações da categoria. Um dos mais importantes deles era o reajuste dos percentuais de titulação, cuja materialização se deu dia 9 de dezembro último, com a aprovação do respectivo projeto de lei pela Câmara Legislativa.

A aprovação do PL das Titulações altera a Lei nº 5.105/2013, garantindo reajuste nas tabelas de progressão salarial horizontal. A partir de janeiro de 2026, os percentuais, que eram de 5% para especialização, 10% para mestrado e 15% para doutorado passam para, respectivamente, 10%, 20% e 30%. Além do impacto positivo no vencimento básico da ampla maioria da categoria - mais de 86% dos profissionais da ativa possuem, no mínimo, especialização -, a medida reafirma a importância da formação e da qualificação, visando à qualidade do ensino oferecido à população.

O projeto aprovado também representa um primeiro passo na direção da reestruturação da carreira magistério, pauta fundamental da luta da categoria. A mesa de negociação prossegue para que se avance em mais itens - e essa também foi uma conquista da greve, já que, até então, o governo vinha se recusando a dialogar.

A diretoria do Sinpro ressalta que a vitória é produto da mobilização. "Foram os educadores, unidos e determinados na greve, que mostraram que a valorização da educação é

inegociável. Cada linha deste PL carrega a força da nossa categoria em luta", afirma Márcia Gilda, diretora do Sinpro. "E nós continuamos mobilizados e mobilizadas após a greve, para garantir o cumprimento do acordo", completa.

"O PL das Titulações se insere no contexto de que é preciso valorizar e incentivar a formação da categoria, que já é uma das mais bem formadas do Brasil do ponto de vista da formação acadêmica", destaca o diretor do Sinpro Cléber Soares. "É importante continuarmos a luta, porque existem outros desafios da nossa carreira que precisam ser enfrentados e superados", finaliza ele.

Nomeações

No acordo de encerramento de greve, também constava a nomeação de 3 mil professoras, professores, orientadoras e orientadores educacionais ainda em 2025. Esse item se concretiza em 30 de dezembro, com a convocação desses profissionais.

Em 2026, a luta é para zerar o banco de aprovadas e aprovados, pois hoje um número muito expressivo de professores em sala de aula estão em regime de contratação temporária - muitos deles, inclusive, aprovados no último concurso e aguardando nomeação. Posteriormente, será necessária a realização de novo concurso público para suprir as demandas da rede. Essa também é uma reivindicação da categoria.





KATAWIXI: VESTÍGIOS DE UM POVO ÀS MARGENS DA BR-319

Izabel Santos

A Terra Indígena (TI) Jacareúba-Katawixi, com pouco mais de 647 mil hectares entre as nascentes do igarapé Punaenã, do Mucuim e do Tapauá, guarda muito mais do que a paisagem revela.

Cada varadouro, palhal e castanheira é fruto de uma história de longa duração, marcada por manejo, deslocamento, abrigo e retorno, como descreve o artigo "Os Kagwahiva da margem de lá: histórias, territórios e paisagens Katawixi e Juma no interflúvio dos rios Madeira-Purus (AM), da pesquisadora Laura Furquim, referência na arqueologia amazônica, em trabalho desenvolvido com Daniel Cangussu e Karen Shiratori.

É um território profundamente humano, moldado por vidas que resistem ocultas e que, hoje, enfrentam a negligência do Estado e a contínua pressão dos grandes empreendimentos no sul do Amazonas.

Laura registra que a TI forma um "mosaico de florestas, matas de palhal, matas de carrascos, campos naturais e longas extensões de várzeas, entremeadas por pomares com castanhais e palmeiras". Não se trata apenas de vegetação, mas de cultura materializada. Campos atualmente tomados por gramíneas já foram hortas, acampamentos e caminhos de caça.

As matas de palhal revelam ciclos de manejo por gerações. Os castanhais densos, frequentemente tratados como formações "naturais", resultam de práticas de cultivo e seleção realizadas por sucessivas ocupações indígenas.

No centro desse mosaico, as chamadas bolas de mata - elevações entre 100 e 120 metros onde a floresta se adensa - concentram grande parte dos vestígios Katawixi, como fragmentos de cerâmica, res-

tos de fogueira, sinais de acampamento e as padarias subterrâneas de pães-de-índio, descritas por Laura como uma "grande concentração de pães-de-índio (...) ocorrendo em verdadeiras 'padarias' subterrâneas ao longo dos varadouros dos castanhais".

Os Katawixi pertencem à família linguística Kawahiva, povo historicamente distribuído entre os rios Madeira e Purus. Os registros mais antigos remontam ao século XVII.

Em 1641, o padre Christovão D' Acuña, ao descer o Amazonas e passar pela foz do Purus, fez o primeiro relato conhecido sobre os Quetauxis, grafia inicial atribuída ao grupo.

Em 1862, João Martins da Silva Coutinho descreveu os Catauixis como habitantes de campos e florestas dos rios Tapauá, Mucuim e Mari, vivendo em aldeias com um barracão central e pequenas choupanas. Destacou suas relações com outros povos, a habilidade como olheiros e a agricultura diversificada.

Em 1872, o coronel Antônio Labre mencionou os "Cathauichys", descrevendo-os como pacíficos, cultivadores, habilidosos na produção de louça e "bonitos, limpos, bem-feitos e claros". Esses relatos, somados às observações feitas posteriormente por indigenistas, ajudam a reconstruir parte da trajetória do grupo antes de seu isolamento completo.

O último avistamento direto ocorreu em 1980, quando moradores e extrativistas relataram ter visto um grupo de "bocas-preta" no rio Mucuim. A presença dos isolados foi reconhecida oficialmente durante o planejamento das usinas de Santo Antonio e Jirau, quando a Funai alertou o Ibama para vestígios de ocupação indígena na área.



Em 2007, foi expedida a primeira Portaria de Restrição de Uso, inaugurando um ciclo de renovações descontínuas que marcaram toda a política posterior para o território.

Desde então, as Portarias de Restrição de Uso passaram a ser renovadas em intervalos curtos, variando entre um e quatro anos, o que transformou a proteção da TI Jacareúba-Katawixi em um regime de suspensão permanente.

Em diferentes momentos, a terra ficou meses e, recentemente, mais de um ano inteiro sem portaria vigente, exatamente nos períodos de maior avanço de invasores, abertura de ramais e expansão de áreas desmatadas. As renovações, quando publicadas, funcionaram mais como retomadas tardias de proteção interrompida do que como parte de uma política contínua. Essa instabilidade fortaleceu o cerco sobre um povo cuja sobrevivência depende, justamente, da garantia de isolamento.

Em 2011, durante uma expedição da Frente de Proteção Etnocultural Madeira-Purus, servidores da Funai relataram terem sido "rodeados pelos indígenas isolados", percebendo sua presença por sons que imitavam animais e batidas nas árvores.

O artigo também menciona famílias que vivem hoje em Lábrea, Canutama e Tapauá e que se reconhecem como descendentes dos Katawixi, ainda sem atendimento indigenista estruturado. A história recente desse povo não é marcada por aparições, mas por recuos sucessivos, diante da violência e da expansão territorial que transformaram o ato de se recolher na única forma de continuar existindo.

A TI Jacareúba-Katawixi é hoje pressionada por três frentes que remodelam a Amazônia meridional: a BR-319, as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau e o avanço da grilagem. A BR-319 deixou de ser apenas estrada e se tornou vetor de ocupação. Onde ela chega, surgem ramais; onde surgem ramais, instalaram-se serrarias; onde serrarias se consolidam, a floresta cai e, com ela, desaparecem os corredores que permitem que povos isolados evitem o contato forçado.

Segundo o boletim anual do Sirad-Isolados, do Instituto Socioambiental (ISA), o desmatamento na TI disparou

nos últimos anos, passando de 4,58 hectares em 2023 para 26,62 hectares em 2024, um aumento de 525%. O salto está relacionado à entrada de invasores em uma área que, mesmo com portaria, permanece vulnerável. A TI tem 96% de sobreposição com o Parque Nacional Mapinguari e 3% com a Reserva Extrativista Ituxi, sobreposições que deveriam funcionar como barreiras, mas não têm impedido o avanço ilegal.

O boletim indica que parte desse avanço se concentra na porção leste, a mais próxima da BR-319, e do complexo hidrelétrico do Madeira, onde a abertura de novos ramais tem empurrado a fronteira ilegal dentro da TI. No setor Sul, os ramais ligados aos assentamentos Joana D'Arc e Jatuarana, conectados diretamente à BR-319, intensificam o fluxo de madeira ilegal.

A sobreposição com o Parque Nacional Mapinguari, uma das unidades de conservação mais pressionadas do Amazonas, agrava o cenário. Pastagens e áreas abertas avançam pelo limite oeste, enquanto a Reserva Extrativista Médio Purus enfrenta problemas semelhantes. O corredor que deveria funcionar como proteção tornou-se um conjunto de territórios fragilizados por grandes obras e ausência de fiscalização.

Nenhum empreendimento, porém, alterou tanto o Madeira quanto as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

A mudança no pulso do rio, o declínio das espécies migratórias, o assoreamento e a abertura de acessos para a atividades ilegais já reverberam até o Interflúvio Madeira-Purus. O colapso observado em Rondônia repercutiu diretamente no sul do Amazonas.

Laura lembra que "acampamentos e outros vestígios dos 'isolados' eram avistados com frequência há cerca de 80 anos". Oitenta anos são poucos na escala da floresta e da memória indígena. A presença Katawixi não é fantasma, e a recusa ao contato não tem nada de romântico, é estratégia de sobrevivência.

Enquanto o Brasil sobe ao palco da COP 30 e anuncia demarcações como demonstração de compromisso climático, no Interflúvio Madeira-Purus o povo Katawixi continua sem homologação definitiva, sem fiscalização contínua, sem garantias de que o território que os protegeu por séculos permanecerá inteiro.

Não basta anunciar demarcações em Belém, é preciso proteger, de fato, aqueles que escolheram não ser vistos. Para eles, aparecer, quase sempre, significou morrer.

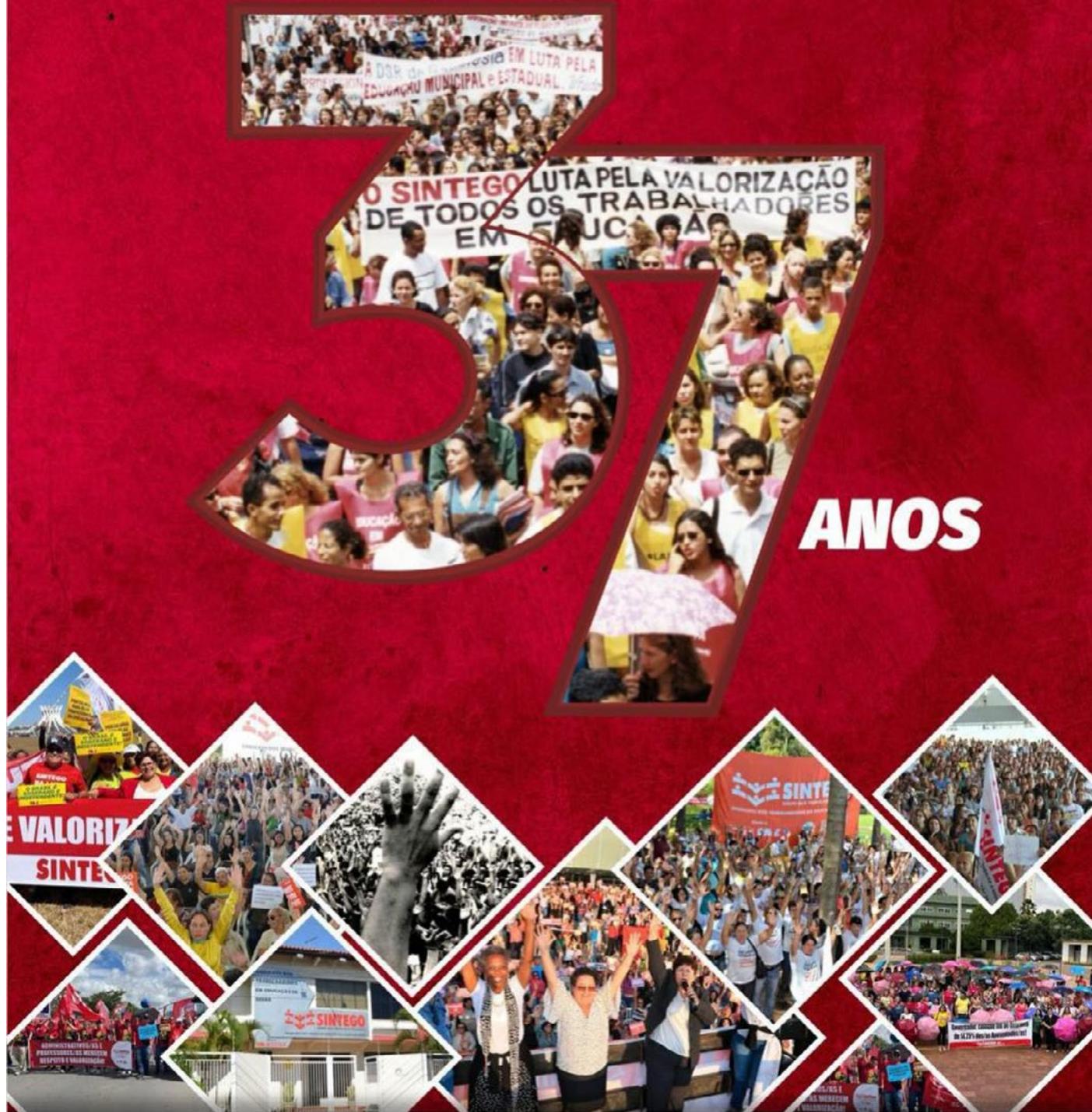


Izabel Santos - Jornalista, em O Varadouro (ovaradouro.com.br/katawixi-vestigios-de-um-povo-as-margens-da-br-319)

Foto: Morador da região segurando um pedaço de pão-de-índio retirado do pão que se encontra enterrado em sua frente.



LUTA • COMPROMISSO • VALORIZAÇÃO



**SOMOS NATUREZA, SOMOS TERRA,
SOMOS HISTÓRIA ANCESTRAL.
SOMOS GENTILEZA, SOMOS SONHOS DE PAZ.
SOMOS GENTE SOLIDÁRIA
COM O COMPROMISSO DE LUTA POR JUSTIÇA SOCIAL.**



VOCÊ TAMBÉM PODE FAZER PARTE DO COLETIVO ITIQUIRA!

LIVRO VERDE PARA DOAÇÕES: www.coletivoitiquira.org
INFORMAÇÕES: coletivoitiquira@gmail.com



SEIS MITOS ULTRAPASSADOS SOBRE O NORTE DO BRASIL

A região Norte do Brasil, especialmente a Amazônia, ainda carrega uma série de mitos que influenciam a visão popular sobre essa parte do país. Enquanto alguns deles são inspirados pelo folclore (como as lendas do boto cor-de-rosa ou do protetor das florestas, o Curupira), outros refletem estereótipos que distorcem a realidade e perpetuam preconceitos. Um exemplo comum? A imagem de onças e búfalos andando livremente pelas cidades.

Embora seja verdade que a riqueza natural da Amazônia contraste com desafios socioeconômicos sérios, como ocorre no arquipélago do Marajó – o maior do mundo em rios e mares –, essa não é uma característica exclusiva do Norte. Em outras áreas do Brasil também encontramos disparidades

sociais, mas isso não gera uma visão caricatural ou desrespeitosa delas.

Com os olhos do mundo voltados para a Amazônia e diante da importância dela para o clima global, já passou da hora de repensar alguns conceitos ultrapassados sobre o cotidiano no Norte. Essa região é, sim, uma extensa floresta, mas também abriga cidades pulsantes, uma economia crescente e uma população ativa que vive como em qualquer outra parte do Brasil. Vamos explorar o Norte real?

MITO 1: ANIMAIS SELVAGENS POR TODA PARTE

No Norte do Brasil, que engloba estados como Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, não é comum encontrar

animais como onças ou búfalos nas ruas das cidades – muito menos se deparar com suçuris cruzando o caminho para a escola ou o trabalho. Nas capitais como Belém e Manaus, os animais urbanos mais frequentes são, na verdade, pombos. No Arquipélago do Marajó, que conta com 17 municípios, você até vai se deparar com búfalos no cotidiano de algumas das comunidades (em Soure, por exemplo, eles são utilizados no policiamento da região, uma tradição que dura mais de três décadas), mas não é tão comum quanto se imagina. Como qualquer outra metrópole brasileira, a Amazônia tem vida urbana, com prédios, empresas, e, claro, muita vegetação – mas de maneira única em comparação com outras cidades do país.



MITO 2: A AMAZÔNIA É ISOLADA E DIFÍCIL DE CHEGAR

Embora a Amazônia seja vasta, isso não significa que seja inacessível. Manaus, por exemplo, possui um dos polos industriais mais dinâmicos do Brasil, e o Pará é uma referência em exportação, contando com infraestrutura portuária estratégica para o comércio exterior. A Zona Franca de Manaus é prova da importância econômica da região. Além disso, a Amazônia recebe grande destaque na pesquisa científica, atraindo especialistas de várias áreas do conhecimento, de todas as partes do mundo. Em 2025, Belém sediará a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-30), trazendo visitantes de centenas de países e desmistificando essa ideia de uma região inacessível.

MITO 3: O NORTE É SÓ FLORESTA E RIOS

Amazônia abriga uma das florestas mais grandiosas do mundo, mas a vida na região Norte é bem mais diversificada. As cidades são ricas em história e cultura, com arquitetura colonial preservada, museus e eventos únicos. Belém, o Pará e o Marajó misturam vegetação exuberante com uma vida urbana dinâmica e um patrimônio cultural vibrante.



MITO 4: A VIDA NO NORTE SE RESUME A UM CONTRASTE ENTRE RIQUEZA NATURAL E POBREZA

Embora a região apresente indicadores sociais que requerem melhorias, esse retrato simplista de abundância natural versus pobreza é incorreto. No Norte, encontram-se iniciativas de desenvolvimento sustentável e indústrias que promovem a economia local e a qualidade de vida. A região não é um mero contraste: é um lugar de desafios complexos que incentivam o desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Cidades do Marajó abrigam cultura rica e diversa, onde a fusão de história e natureza vai além dos estereótipos. Foto: Marcelo Seabra/Agência Pará

MITO 5: O MARAJÓ SE RESUME A BÚFALOS E COMUNIDADES RIBEIRINHAS

O Arquipélago do Marajó, que é o maior arquipélago fluvio-marítimo do planeta, possui uma cultura rica e diversa. Os búfalos são um símbolo icônico, mas o Marajó também abriga uma população dedicada à produção artesanal, gastronomia regional e cerâmica tradicional, com raízes que remontam a culturas pré-coloniais. Além dos ribeirinhos, a ilha é o lar de quilombolas e pescadores artesanais,

extrativistas e outros. Marajó é uma fusão de história e natureza que vai além dos estereótipos.

MITO 6: A AMAZÔNIA É O "PULMÃO DO MUNDO"

Essa frase é famosa, mas não completamente precisa. Embora ressalte a importância da floresta, o verdadeiro "pulmão do mundo" são os oceanos, que, por meio de organismos como algas, absorvem dióxido de carbono e liberam oxigênio. As plantas da Amazônia, em larga escala, produzem oxigênio, mas o consomem em seu próprio processo de respiração. A função da floresta vai além desse mito: a Amazônia influencia as chuvas no Brasil e ajuda a regular a temperatura global. A preservação dela é vital no combate às mudanças climáticas, cujos fenômenos têm causado desastres e comoção em várias partes do Brasil e do mundo.

E agora, que tal ver o Norte do Brasil sob uma nova perspectiva?

Fonte: Instituto Mondô: <https://institutomondo.org.br/chegou-a-hora-de-abandonar-esses-seis-mitos-ultrapassados-sobre-o-norte-do-brasil-o-ultimo-vai-te-surpreender/>

A VIDA E O CAPITAL: ACESSO A MEDICAMENTOS, DEMOCRACIA E DISPUTA ÉTICA NO BRASIL

Ronald Ferreira dos Santos



Foto: Twitter da Ministra Nísia Trindade

Minha trajetória, da farmácia à presidência do Conselho Nacional de Saúde, mapeia a luta permanente entre a saúde como direito constitucional e a lógica do capital que a transforma em mercadoria. Conquistas como a Lei 13.021/14 (farmácia como estabelecimento de saúde) são frágeis e sob cerco. Analiso esta disputa através da ética em pesquisa e do esvaziamento da democracia, sintomas da ofensiva que converte direitos em acumulação privada.

A FRAGILIZAÇÃO DA DEMOCRACIA: ACESSO À PARTICIPAÇÃO, AUTORITARISMO E TENTATIVA DE RUPTURA

O cerco à saúde ocorre num contexto de ataque ativo à democracia, materializado em três frentes:

1. **Cerceamento da Participação Social:** Estrangulamento orçamentário e esvaziamento político dos conselhos e conferências de saúde, como o CNS, para silenciar a voz organizada da sociedade e retirar da saúde seu caráter de direito.
2. **Recrudescimento do Autoritarismo:** Fomento de uma cultura de intolerância, violência política e criminalização de movimentos sociais, criando um ambiente hostil à participação e atacando a saúde pública como "assistencialista".
3. **Tentativa de Golpe (8/1/2023):** Ápice violento do desmonte institucional, uma tentativa explícita de ruptura constitucional. Demonstrou a disposição de setores do capital e seus aliados em rasgar a Constituição para impor um projeto antagônico ao SUS e aos direitos sociais.

Uma democracia frágil, sem participação popular efetiva, é o terreno fértil para o desmonte das conquistas sociais. Defender a democracia radical é condição fundamental para garantir que a vida prevaleça sobre o capital.

O CAMPO DE BATALHA DA PESQUISA CLÍNICA: ENTRE ACESSO E EXPLORAÇÃO

A nova Lei da Pesquisa Clínica (14.874/2024) explica a contradição. Embora apresentada como atração de investimentos e progresso, esconde tensões cruciais:

- **Finalidade:** O conhecimento gerado servirá à saúde pública ou à acumulação de capital? Há risco de comoditização dos corpos brasileiros.
- **Controle Ético e Soberania:** A indefinição na implantação do Sistema Nacional de Ética (SINEP) pode fragilizar a proteção dos parti-

pantes, enfraquecendo o papel orientador da Resolução CNS 510/2016. A Resolução CNS 588/2018 é instrumento vital de resistência.

- **Acesso Pós-Pesquisa:** Sem contrapesos como a priorização ética para produção local, repeite-se o histórico de o país servir de campo de testes para produtos que depois permanecem inacessíveis.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS: A INDÚSTRIA COMO TERRITÓRIO DE DISPUTA

A indústria farmacêutica, com seu poder de inovação e produção, é ator estruturante. O desafio é mediar sua potência, subordinando-a à saúde pública.

Instrumentos como Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), a política de genéricos e a regulação de biossimilares mostram que é possível estabelecer uma relação de negociação com contrapartidas sociais rígidas.

A pandemia provou que a dependência externa é uma falha estratégica. Ter uma indústria local forte é questão de soberania sanitária.

Portanto, o setor é um território de disputa política. O Estado deve atuar como indutor do desenvolvimento e como guardião inflexível do interesse público, exigindo acesso, preço justo e transferência de tecnologia.

A LUTA POLÍTICA COMO FERRAMENTA

As contradições na pesquisa e o retrocesso democrático são faces da mesma moeda. A fragilização da democracia retira do povo a condução política da saúde, enquanto a apropriação do conhecimento o converte em instrumento de lucro.

O combate pela ética em pesquisa é o combate pelo controle social da ciência. O SUS, os genéricos e as resoluções do CNS são trincheiras históricas. Só através da organização popular, da reivindicação da democracia radical e da função social do Estado poderemos forjar, a partir das contradições do capital, um novo estado onde a vida prevaleça.

A ferramenta para essa edificação segue sendo a luta política.



Ronald Ferreira dos Santos – Farmacêutico. Coordenador da Comissão Nacional de Saúde do PCdoB e ex-presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS).
[em: www.vermelho.org.br/2025/12/10/a-vida-e-o-capital-acesso-a-medicamentos-democracia-e-a-disputa-etica-no-brasil/](http://www.vermelho.org.br/2025/12/10/a-vida-e-o-capital-acesso-a-medicamentos-democracia-e-a-disputa-etica-no-brasil/)



POR QUE PARECE QUE O TEMPO PASSA TÃO DEPRESSA?

Leonardo Boff

Quase todos fazemos a experiência de que tudo está passando depressa demais. Já estamos próximos do Natal, logo depois vêm as festas de fim de ano, o carnaval e assim outras datas. Esse sentimento é ilusório ou tem base real?

Há uma acirrada discussão entre os cientistas, especialmente físicos e climatólogos, que essa sensação não possui base científica. Estes geralmente se movem ainda dentro do velho paradigma que não considera a interação de tudo com tudo, como o demonstrou a física quântica e foi assumida pela ecologia integral do Papa Francisco em sua encíclica: "Sobre o cuidado da Casa Comum" (2015) e ecologia em geral.

Outro grupo de pesquisadores, no entanto, que assumem o novo paradigma holístico, como os do *Hearth Math Institute* acolhem a hipótese de que o sol e a atividade geomagnética influenciam a vida humana e a de todos os seres vivos. É neste contexto que se coloca a influência da Ressonância Schumann para aclarar a sensação de que tudo passa tão rápido.

O físico alemão W.O. Schumann constatou em 1952 que a Terra é cercada por um campo eletromagnético poderoso que se forma entre o solo e a parte inferior da ionosfera, cerca de 60-100 km acima de nós. A Terra e a ionosfera agem como uma imensa "caixa" ressonante mais ou menos cons-

tante, da ordem de 7,83 pulsações herzt por segundo.

Funciona como uma espécie de marca-passo, responsável pelo equilíbrio da biosfera, condição comum de todas as formas de vida. Verificou-se também que todos os vertebrados e o nosso cérebro são dotados da mesma frequência de 7,83 hertz.

Empiricamente fez-se a constatação de que não podemos ser saudáveis fora dessa frequência biológica natural. Sempre que os astronautas, em razão das viagens espaciais, ficavam fora da atividade eletromagnética terrestre e da Ressonância Schumann, sentiam-se enfraquecidos. Após a viagem espacial deviam repousar

por algum tempo até recuperar seu equilíbrio. Mas submetidos à ação de um simulador Schumann recuperavam o equilíbrio e a saúde.

Por milhares de anos as batidas do coração da Terra tinham essa frequência de pulsações e a vida se desenrolava em relativo equilíbrio ecológico. Ocorre que a partir dos anos 1980, e de forma mais acentuada a partir dos anos 1990 até hoje, a frequência passou de 7,83 para 9,11,13 e mais hertz por segundo. O coração da Terra disparou.

Então muitos pesquisadores, entre as várias influências solares e eletromagnéticas a que a Terra está constantemente submetida, incluíram também a Ressonância Schumann. Afirmam que está bem estabelecido que a dimensão cerebral e cardiovascular e o sistema nervoso automático são afetados.

Afirmam que não é de estranhar que coincidentemente ocorram desequilíbrios ecológicos e sociais: o aquecimento global da Terra, eventos extremos, com secas severas e grandes inundações pelo excesso de chuvas, maior atividade dos vulcões, crescimento de tensões e conflitos no mundo e aumento geral de comportamentos desviantes nas pessoas, entre outros.

Devido à aceleração geral, a jornada de 24 horas, continua sendo de 24 horas, mas na verdade, a percepção é como se fosse de somente 16 horas. Portanto, a sensação de que tudo está passando rápido demais não é ilusória, mas teria base real nesse transtorno dos campos eletromagnéticos e da Ressonância Schumann.

Os dados do Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas e assumidos pelas várias COPs revelam que estão ocorrendo eventos extremos, o crescimento global do planeta, chegando neste ano a 1,7°C quando se previa que até 2030 que chegaria a 1,5°C.

Não podemos mais parar a roda, apenas desacelerá-la mediante um processo de precaução, prevenção, adaptação e de minoração

dos efeitos nocivos. Haverá, se não mudarmos de rumo civilizatório, grandes dizimações de espécies e milhões de pessoas poderão correr risco de vida.

A Terra é Gaia, quer dizer, um superorganismo vivo que articula o físico, o químico, o biológico e antropológico de tal forma que ela se torna benevolente para com a vida. Agora ela não consegue sozinha se autorregular. Temos que ajudá-la, mudando o padrão de intervenção na natureza, de produção e de consumo.

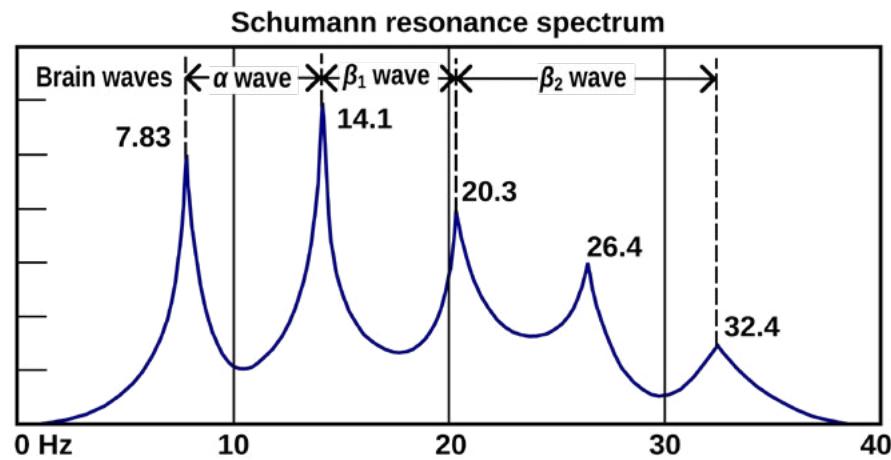
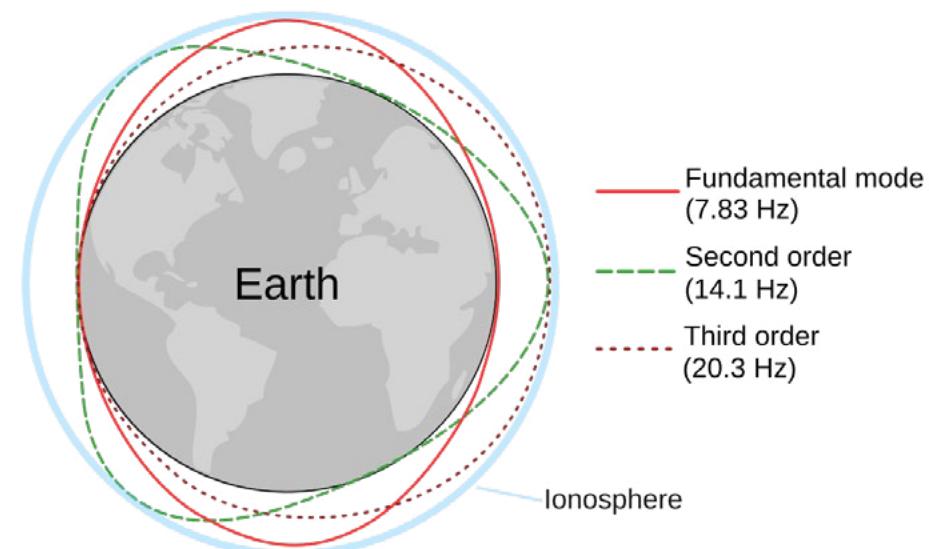
Caso contrário, poderemos conhecer o destino dos dinossauros. Nós, seres humanos, somos aquela porção da Terra que sente, pensa, ama, cuida e venera. Temos o imperativo ético, bem expresso no livro do Gênesis (2,15) de guardar e cuidar da Casa Comum.

Esse imperativo deve começar por nós mesmos: fazer tudo sem estresse, com mais serenidade, com mais amor, que é uma energia cósmica e essencialmente harmonizadora. Cientistas desta área testemunham que as pessoas que se alinham à Ressonância Schumann normal (7,83 hertz) se mostram mais cordiais, cuidadosas e compassivas.

Precisamos respirar juntos com a Terra, para conspirar com ela pela paz, que é o equilíbrio do movimento e fruto da justa medida em todas as nossas atividades.



Leonardo Boff – Ecoteólogo e Membro da Comissão Internacional da Carta da Terra.



BENEDITA E JANDIRA

Moisés Mendes



Foto: Reprodução/Captura de tela/Video



Uma cena da terça-feira (10/12) do horror na Câmara pode ajudar as esquerdas na reflexão sobre um presente cheio de tabus e barreiras, para que se vislumbre alguma perspectiva de futuro. É a cena em que Glauber Braga sai do plenário e caminha cercado pelos colegas, com o nó da gravata desatado e a bainha da camisa fora das calças.

O que se vê ali é um homem exausto, em desalinho, saindo de uma batalha física. Glauber caminha protegido por Benedita da Silva, que põe a mão esquerda no ombro do deputado, e por Jandira Feghali, que segura seu braço esquerdo. O deputado teve a proteção de duas fortalezas do Congresso.

Benedita tem 83 anos e Jandira chegou aos 68. Mas não se vê, no entorno, gente jovem para que seja tentada pelo menos uma equiparação presencial com os parlamentares mais veteranos. É uma constatação incômoda. Falar do envelhecimento das esquerdas é um tabu que poucos ousam desafiar.

Consolam-se os que dizem: ainda bem que dispomos da bravura de Benedita e Jandira. Porque não havia ali, nem na cena da mesa da Câmara, onde a valente foi Sânia Bomfim, jovens suficientes para encarar, no braço, a imposição dos guardas fortões de Hugo Motta.

Não para agredir, mas para defender e proteger o deputado. Para contrapor, pela força física, uma

agressão física. Sempre foi assim. A política também exige, em determinadas circunstâncias, a presença de quem tem energia e força.

Covardes são os resignados diante da presença coercitiva e violenta do fascismo sob as ordens de um presidente da Câmara inseguro, dominado e amador. Faltaram, na cena da mesa - e também depois - na saída pelo saguão da Câmara, as caras e os corpos jovens que deveriam fazer a escolta de Glauber.

Faltam jovens nas esquerdas e sobram jovens na extrema direita, como sobraram quando da ocupação da mesa pela turma de van Hattem e Nikolas Ferreira. Faltam jovens nos mandatos e nos quadros de comando das esquerdas.

Lula já tratou disso. Tarso Genro refletiu sobre a incapacidade de renovação do PT, que se faria, como em qualquer atividade, pela recomposição e pelo arejamento de ideias dos mais jovens. Mas Lula e Tarso não conseguiram provocar nem mesmo a ira dos que acham que está tudo bem assim. Foram tratados com a mais silenciosa das indiferenças.

O PT, mais talvez do que os outros partidos de esquerda, se nega a admitir que ficou velho. E que lhe falta, numa hora dessas, como se viu na terça-feira, também a presença ostensiva dos mais jovens para enfrentar a truculência dos guardas da ditadura de Hugo Motta.

Faltam caras jovens nas esquerdas, e citar Fernanda Melchionna, a própria Sânia e Erika Hilton é apenas buscar consolos. São bravas, são inspiradoras, mas são a exceção que só denuncia o envelhecimento das esquerdas, em todos os sentidos.

Os jovens das esquerdas deveriam aparecer ontem, se existissem em número razoável no Congresso, como presença ostensiva. Deveriam ser deles, nos vídeos e nas fotos, as caras e os braços do que tentaram conter os guardas, como se fossem escudos de Glauber.

Faltaram jovens para proteger Glauber e derrotar a polícia de Motta. Faltam jovens para instigar as esquerdas a buscar a renovação, enquanto direita e extrema direita exibem seus exemplares, quase todos protagonistas.

A esquerda não pode continuar dependendo só dos seus velhinhos, convocados romanticamente a cada eleição para que salvem o partido, a democracia e a pátria. Os jovens das esquerdas, se existissem, com mandatos na Câmara, teriam vencido o Bope de Motta.

Que Benedita e Jandira continuem nos protegendo, mas que tenham a companhia de jovens dispostos a participar dessa proteção e que sejam capazes também de protegê-las.

Moisés Mendes - Jornalista, no Brasil 247: www.brasil247.com/blog/benedita-e-jandira



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

35º CONGRESSO DA CNTE

**15 A 18
DE JANEIRO
DE 2026
BRASÍLIA-DF**

EDUCAÇÃO,

DEMOCRACIA

SUSTENTABILIDADE

E SOBERANIA.

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DA SOBERANIA DO BRASIL.

De 15 a 18 de janeiro de 2026, Brasília recebe o 35º Congresso da CNTE, reunindo 2 mil delegadas e delegados de todo o país para debater os rumos da educação pública e eleger a nova direção da Confederação.

Em um momento de desafios à democracia e ataques à escola pública, o Congresso reafirma que não existe soberania sem educação de qualidade, nem futuro possível sem sustentabilidade social, ambiental e econômica.

O 35º Congresso da CNTE é o espaço de diálogo, resistência e construção coletiva de um projeto de país que valoriza seu povo e fortalece a educação pública.



XAPURI CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEM COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ 360,00
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ 600,00
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

